

# A AMEAÇA DA EXTREMA-DIREITA



Ataques de Elon Musk à Justiça e ao Estado brasileiro são sintomas de que o avanço da extrema-direita mira repetir no Brasil receita estadunidense

**focus**  
**BRASIL**

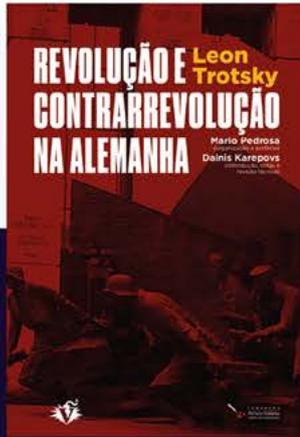
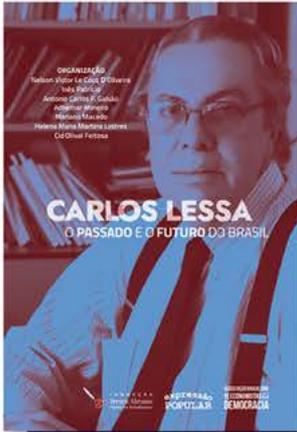
Alberto Cantalice: a crise do capitalismo

'Ditadura fake': delírio bolsonarista

Milei apoia Musk contra STF

A bolsonarização em São Paulo

# CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



## 27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Fundação Perseu Abramo | Formação | Publicações | Memória | Teoria e Debate | Acervo Social | Observa BR

POLÍTICA | ECONOMIA | CULTURA | MEIO AMBIENTE | PÚBLICO | INTERNACIONAL | SOCIAL | PERIFÉRIAS | PODCAST | VÍDEOS | ÁGENDA

### formação FPA

CLIQUE AQUI E ACESSSE NOSSOS CURSOS

- CASB: Lançamento do Documento Inicial do Grupo de Trabalho Técnico do PT - AS CLASSES TRABALHADORAS
- FORMAÇÃO SOCIAL: Lançamento de Economia Solidária e Formação Social
- PERIFÉRIAS: Lançamento do Painel de Dados das Periferias

### Publicações

- Revista Reconexão Periferias - maio 2023
- Viver por conta própria

■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)

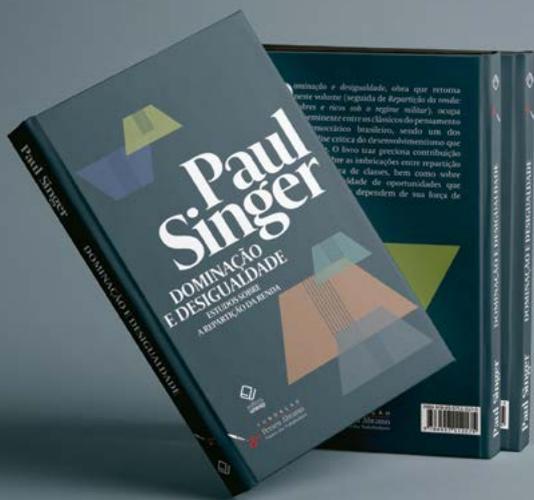


FUNDAÇÃO  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

# DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

## ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

[editoraunesp.com.br](http://editoraunesp.com.br)



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



editora  
unesp

focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

### CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

### SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

### CONTATOS

[webmaster@fpabramo.org.br](mailto:webmaster@fpabramo.org.br)

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

## CONTRIBUA COM A REVISTA REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



REVISTA  
RECONEXÃO  
PERIFERIAS



# NINHOS DA SERPENTE

Direita brasileira tem buscado captar apoio internacional para construir uma narrativa de uma "ditadura de esquerda" no Brasil. Movimento que tenta impactar as relações internacionais do Brasil com os EUA é de longo prazo e visa colher resultados no futuro

Página 06

**CARTA AO LEITOR** Crise no capitalismo

Página 05

**DITADURA FAKE** O vexame bolsonarista

Página 07

**BROTHER** Milei apoia Musk contra STF

Página 11

**FPA** Painéis analisam crescimento da extrema-direita

Página 12

**ARTIGO** Regulação das redes sociais

Página 14

**REFORMA** Governo vai

assentar 295 mil famílias

Página 15

**TERRITÓRIO** Cultura e política em Taboão da Serra

Página 19

**MAPA IBGE** lança novo Atlas

Página 21

**ENTREVISTA** Alencar Santana fala sobre Guarulhos

Página 23

**ARTIGO** Os dados da última Quaest

Página 28

**POLÍTICA** Câmara mantém Brazão preso

Página 31

**MEMÓRIA** Série sobre os 60 anos do Golpe é lançada

Página 32

**2024 NAPP** Mulheres e as eleições municipais

Página 33

**ECONOMIA** Brasil bate recorde de exportações para G20

Página 36

**CONSTITUINTE** Genoíno conta bastidores em livro

Página 39

**ARTIGO** Aborto pode decidir presidente dos EUA?

Página 41



Reprodução

# A CRISE DO CAPITALISMO E A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA

**Alberto Cantalice**

“Tudo que era sólido se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”. Essa proclamação de Marx, nos idos de 1848, longe de contestar a religiosidade - o que foi largamente difundido pelos adeptos do *laissez faire* e da mão invisível do mercado - questiona a superexploração e a deificação do modo de produção capitalista como a panaceia que iria transformar o mundo.

É fato incontestável que o aprofundamento das relações capitalistas de produção trouxe mudanças significativas no modo de vida das nações. Em especial nos países que se incorporaram nas revoluções industriais: os EUA e a Europa. A Revolução de 1917 na Rússia acendeu um sinal de alerta para essas nações: seria impossível

manter o status quo reinante, caso se construísse, na fronteira da Europa e da Ásia, uma sociedade que se intitulava socialista - sociedade cuja ideia-força era a dominância dos operários e camponeses nos destinos do país.

Os ecos do Outubro russo impactaram decisivamente os rumos do capitalismo no mundo. Especialmente após a debacle de 1929 na Bolsa de Valores de Nova York: a primeira crise sistêmica enfrentada pelo modo de produção capitalista. Antes disso, o empobrecimento crescente da população na Itália, produzida pela Primeira Guerra Mundial já tinha proporcionado a assunção do fascismo de Benito Mussolini, em 1922.

O rescaldo advindo do Tratado de Versalhes que trouxe pesadas sanções à Alemanha, aliado à crise econômica produzida pelo tsunami de 29, promoveu a vitória de Adolf Hitler e a instauração do nazismo. Este teve terreno fértil

para crescer dado a divisão entre comunistas e sociais-democratas e cujo sectarismo de ambos os levou a uma derrota acachapante.

A crise de 1929 também varreu os EUA, levando o presidente Franklin Roosevelt a implementar o New Deal: uma série de projetos e programas para recuperar e reformar a economia, com forte presença regulatória e de investimentos por parte do Estado.

A necessidade de regular e unificar o capitalismo levou a que após a 2ª grande guerra se instalasse a Conferência de Bretton Woods, cuja finalidade era reorganizar o capitalismo no período do pós-guerra e acabar com o “protecionismo econômico” e o imperialismo: o grande causador de conflitos e de crises como a de 1929 e as duas grandes guerras. Daí o surgimento do Fundo Monetário Internacional, o FMI e o Banco Mundial.

Pontificaram nessa Conferência



as ideias do economista britânico John Maynard Keynes que defendia uma forte presença estatal na economia construindo um Estado de bem-estar social pelos Estados, ao passo que se mantinha a livre iniciativa nas relações econômicas: a economia de mercado.

Esse modelo produziu uma rápida retomada do emprego e da renda nos EUA e os 30 anos gloriosos na Europa ocidental.

A calcificação do socialismo real no Leste Europeu e a estagnação da China, deixaram de inspirar grande parte das massas trabalhadores nos países desenvolvidos, que viviam a plenitude da social-democracia. O poder aquisitivo nos países escandinavos passou a ser o sonho de consumo mundo afora.

O aggiornamento chinês de Deng Xiaoping trouxe para o território asiático milhares de plantas industriais das transnacionais americanas e europeias que viviam um período de estagflação: a mistura tenebrosa de estagnação econômica com a inflação crescente.

As vitórias de Ronald Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, fez emergir a maior desregulamentação do capitalismo mundial desde Bretton Woods. Essa desregulamentação, atrelada à perda de empregos e a desindustrialização promovida pela emigração das plantas industriais para o Oriente, encontrou a URSS vivendo um período de es-

tagnação econômica e de falta de recursos financeiros, pois ao entrar na corrida armamentista com os EUA, deixou de prover sua população dos bens de primeira e segunda necessidade.

A excessiva burocratização nas instâncias de poder; o apego a uma gerontocracia partidária; e a falta de perspicácia na questão econômica levará ao fim da URSS e à derrota dos países do Leste, que caíram tal qual castelo de cartas.

O fim do socialismo real e a restauração capitalista na região vieram na contramão do crescimento do chamado socialismo com características chinesas. Uma conjugação de forte presença estatal em parceria com o mercado, que tirou a China do atraso econômico elevando-a a condição de 2ª economia do mundo.

Por outro lado, as economias capitalistas optaram pelo enfraquecimento do papel do Estado e a emergência da financeirização da economia. O ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, foi substituído gradualmente pelo modo dinheiro-dinheiro, sufocando a produção da força de trabalho, já diminuída pela robotização e pela maquinaria. Produzindo a maior crise na história da civilização mundial, com as crises climáticas e o aumento do desemprego e da miséria.

Sem alternativas para a manutenção da ordem capitalista como se afigura, o grande capital para não colocar as questões sociais

no posto de comando, aposta no individualismo e num certo progressismo despolitizante. Alimenta o conservadorismo e o fundamentalismo religioso e ataca o Estado. Rompe a lógica da ciência, e estimula governos de caráter autoritário. O polo impulsionador da emergência da aliança extrema-direita e do grande capital tem seu epicentro nos EUA e na liderança de Donald Trump.

Hoje, na ausência da chamada guerra-fria, a extrema-direita elegeu a China como adversária. Não à toa, personagens da política do ridículo, idiotas como Milei e Orbán, atacam os chineses - e Trump a coloca como o adversário a ser abatido.

A China vem demonstrando que a sua luta pelo desenvolvimento e inclusão deu certo. Extinguiu a miséria e melhorou a olhos vistos as condições de vida de seu povo. Enquanto isso, os neo e os ultraliberais patinam em seus respectivos países.

Nesse momento histórico, não é preciso sequer ir a Marx, que abriu esse artigo em citação do século 19.. Basta buscar Jean Jacques Rousseau: "Uma sociedade só será democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha que vender-se". Não há futuro para a humanidade sem distribuição da renda e da riqueza.



# EXTREMA-DIREITA TENTA EMPAREDAR ESTADO BRASILEIRO

Comitiva bolsonarista passa uma semana nos EUA e tenta convencer republicanos e lobistas de que Brasil viveria ditadura

Laura Scofield

Publica | Jornalismo Investigativo

**N**o início de março, uma comitiva de deputados brasileiros capitaneada por Eduardo Bolsonaro (PL-SP) passou cerca de uma semana em Washington (EUA)

para angariar apoio político e tentar convencer os parlamentares republicanos de que o Brasil não é mais uma democracia.

Eles defendem, por exemplo, que os Estados Unidos aprovem uma lei para penalizar as autoridades brasileiras, sob a justificativa de violação dos direitos de conservadores, e que imponham sanções ao país sul-americano

para que a suposta “ditadura de esquerda” seja derrotada.

Inicialmente convidados para participar em uma audiência na Comissão Tom Lantos de Direitos Humanos na Câmara dos Representantes, os parlamentares tiveram que mudar os planos quando o democrata James P. McGovern, um dos dois copresidentes da comissão, vetou o evento.

## COMITIVA DE BOLSONARISMO

**NOS EUA** contou com a participação dos deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Gustavo Gayer (PL-GO), Marcel van Hattem (Novo-RS), Bia Kicis (PL-DF), Zé Trovão (PL-SC), Amália Barros (PL-MT), Mário Frias (PL-SP), André Fernandes (PL-CE), Paulo Bilynskyj (PL-SP), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Messias Donato (Republicanos-ES), Coronel Ulysses (União-AC), Delegado Caveira (PL-PA), José Medeiros (PL-MT) e Marcelo Moraes (PL-RS)

Reprodução



Em nota à Agência Pública, McGovern afirma que os republicanos estariam “usando o Congresso dos Estados Unidos para apoiar os negacionistas eleitorais da extrema direita que tentaram dar um golpe no Brasil”.

A influência de personalidades, empresas e políticos norte-americanos no Brasil é recorrente e um dos casos virou destaque no início desta semana, quando o bilionário sul-africano Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), ameaçou desobedecer a ordens judiciais e criticou as ações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do TSE, Alexandre de Moraes, em seu perfil na rede.

“Nós temos um apoio fora do Brasil muito forte”, disse o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao ser indagado sobre o caso. Como resultado, Moraes incluiu Musk nas investigações do inquérito das milícias digitais.

## Ditadura fake in Brazil

Em 12 de março, em vez de participar de uma audiência formal, os deputados bolsonaristas fizeram uma coletiva de imprensa em frente ao Capitólio ao lado do segundo copresidente da Comissão Tom Lantos, o republicano Chris Smith. “Desde o final de 2022, os brasileiros têm sido sujeitos a violações de direitos

humanos cometidas por autoridades brasileiras em grande escala”, disse Smith.

O deputado norte-americano também chamou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que tem atuado para combater a desinformação nas eleições, de “ministério da verdade”, terminologia comumente usada pelos bolsonaristas. Para abordar os “problemas” brasileiros, Smith afirmou que apresentaria “muito em breve” um projeto de lei intitulado “Lei Brasileira de Democracia, Liberdade e Direitos Humanos”.

O comentarista político Paulo Figueiredo, que acompanhou os políticos bolsonaristas em Washington, chegou a apresentar, durante transmissão ao vivo em seu canal no YouTube, um documento do que seria a lei proposta por Smith, “um pouco do que a gente está desenhando como resolução para o Brasil”. Trata-se do projeto H. R. 6.954, apresentado em janeiro deste ano pelo próprio Chris Smith, ainda em fase inicial de tramitação. O texto, na verdade, trata da Nicarágua, o que não foi citado no vídeo.

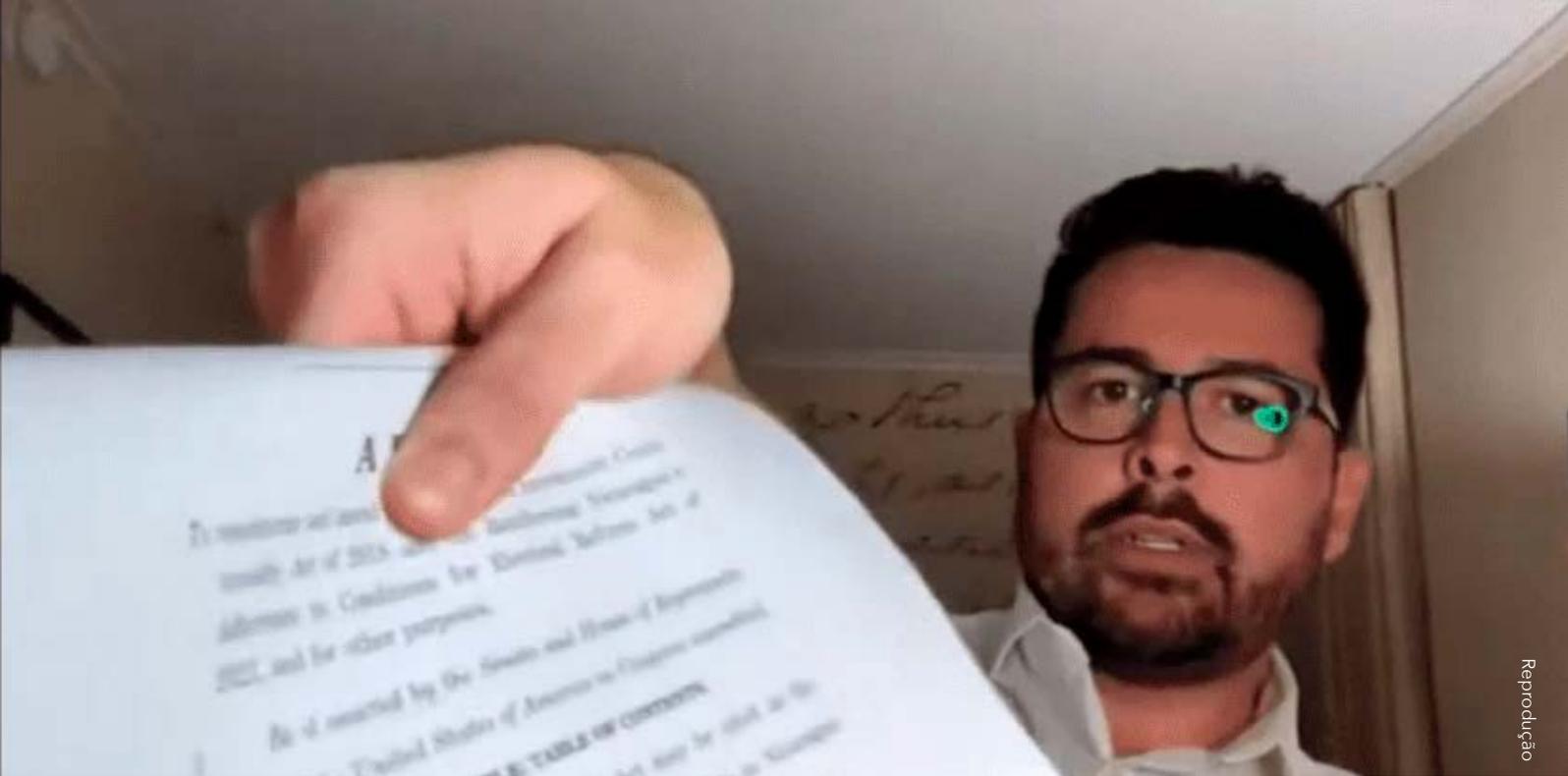
Figueiredo ainda leu partes do documento, como as que propõem sanções e penalidades para as autoridades nicaragueneses em caso de desobediência. “Está tudo aqui, não é brincadeira, o projeto de lei vai ser apresentado, um projeto de lei sobre

o Brasil dentro do Congresso dos Estados Unidos. Foi isso, esse é o tipo de vergonha que Alexandre de Moraes e companhia estão submetendo o Brasil”, afirmou.

Após o cancelamento da audiência da Comissão Tom Lantos, os deputados bolsonaristas utilizaram o burburinho e a chancela de Chris Smith, atualmente no 21º mandato, para interpelar republicanos e tentar angariar apoio para a realização de audiências sobre o Brasil em outras comissões na Câmara, como a Comissão de Relações Exteriores (Committee on Foreign Affairs) e o Comitê de Apropriações (Committee on Appropriations), que regula as despesas do governo estadunidense.

Smith e os parlamentares republicanos Maria Elvira Salazar, Rich McCormick e Bill Huizenga tiveram agendas com os direitistas brasileiros. Os quatro são integrantes da Comissão de Relações Exteriores, na qual os bolsonaristas têm depositado expectativa quanto à realização de uma possível audiência sobre a democracia brasileira.

Além deles, os parlamentares e outros integrantes da comitiva disseram ter se encontrado com os congressistas republicanos John Moolenaar, Ralph Norman, Morgan Luttrell, Andrew Clyde e Mario Díaz-Balart. “Todos esses são votos que nós já estamos co-



**PAULO FIGUEIREDO** segura o projeto e posiciona o dedo em cima da palavra Nicarágua, que mostraria que o documento não aborda o Brasil

lhendo para assinar, para serem corresponsáveis do Brasil Act. E vamos bater nas portas, vamos bater nas portas uma a uma”, disse Figueiredo durante transmissão ao vivo em Washington. Os deputados norte-americanos não divulgaram encontros com os brasileiros nas redes sociais.

O deputado Gustavo Gayer ainda afirmou que a comitiva se encontrou com Robert Destro, que foi secretário adjunto do Escritório de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho no governo Trump, e Eduardo Bolsonaro deu entrevista a Sebastian Gorka, ex-vice-assistente do presidente. O vídeo da entrevista foi removido do YouTube por violar os termos de serviço da rede.

Na noite de quarta-feira, 13 de março, Eduardo, Mário Frias (PL-SP) e Donald Trump jantaram no resort Mar-a-Lago, propriedade do ex-presidente norte-americano, na Flórida. Na ocasião, o deputado ligou para seu pai, e os dois ex-mandatários conversaram por videochamada.

## Cartilha de movimentos replicada no caso do Brasil

Para o especialista brasileiro em direitos humanos e ex-secretário executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) Paulo Abrão, os bolsonaristas têm utilizado “o mesmo manual de advocacy que as dissidências cubanas, venezuelanas e nicaraguenses exiladas dentro dos Estados Unidos”, sem, no entanto, representar uma resistência legítima como os grupos sociais desses países.

“Os bolsonaristas estão, de forma ilegítima, tentando seguir esse mesmo roteiro, tentando equiparar o governo Lula com governos ditatoriais da região. Não é à toa que eles estão utilizando exatamente essa linha, porque é a linguagem e a gramática que funciona para ativar esses outros foros. A gramática de nomear como ditadura, como governo autoritário, como violador de direitos humanos, como um narcogoverno”, acrescenta.

Abrão aponta que as relações entre os bolsonaristas e outros integrantes da direita latino-americana foram costuradas na

Flórida, onde vivem os exilados latinos e integrantes de grupos bolsonaristas organizados, além de Paulo Figueiredo e Allan dos Santos.

Um dos grupos ativos no estado é o Yes Brazil USA, que, de acordo com apuração da Pública, foi um dos responsáveis por organizar a agenda de Jair Bolsonaro nos três primeiros meses de 2023, quando o ex-presidente viveu nos Estados Unidos. Em publicação nas redes, Gustavo Gayer disse que a comitiva de deputados recebeu “um apoio gigantesco” do grupo. “Sem o pessoal do Yes Brasil eu acredito que isso não teria funcionado, isso não teria alcançado a magnitude que nós conseguimos alcançar”, afirmou.

## Apelo intercontinental por intervenções

Convencer o mundo de que o Brasil não é mais uma democracia é um dos focos atuais do bolsonarismo. Os deputados têm viajado a diferentes países, marcado agendas e distribuído materiais aos parlamentares nor-

**DOCUMENTO COM 41 PÁGINAS, DE AUTORIA DE GUSTAVO GAYER,** destaca, em inglês, composição dos poderes brasileiros e casos de supostas violações dos direitos humanos



te-americanos – como a petição *The truth about the democracy in Brazil* [A verdade sobre a democracia no Brasil, em tradução livre], de autoria do deputado Gustavo Gayer.

A Pública acessou o documento, que traz a insígnia do Congresso Nacional e argumenta que o TSE estaria “processando e culpando oponentes do atual presidente da República sem a menor base probatória, tudo com a única intenção de aniquilar a oposição ao atual governo”. A petição conta com a assinatura de 40 deputados e dois senadores.

Nesta semana, integrantes da comitiva bolsonarista que foi aos EUA viajaram ao Parlamento Europeu, entre eles Gayer, que está produzindo outra petição sobre a democracia brasileira, desta vez direcionada aos políticos da Europa, como informou representante do gabinete dele à reportagem.

No ano passado, a Pública mostrou que Eduardo Bolsonaro, principal articulador internacional do movimento, fez ao menos 125 reuniões com membros da extrema direita do continente americano. De acordo com postagem em suas redes, ele ainda planeja ir à Alemanha, Hungria e Israel neste ano.

## Muito além do barulho no Capitólio

Além das agendas com deputados norte-americanos, a comitiva bolsonarista em Washington fez reuniões em instituições de extrema direita. Encontraram-se, por exemplo, com Matt e Mercedes Schlapp, os organizadores da Conferência da Ação Política Conservadora (CPAC), evento que terá sua quinta edição brasileira em julho, em Santa Catarina.

Após a reunião, o CPAC lançou um posicionamento sobre o Brasil no qual critica os governos Biden e Lula e pede que o país “liberte imediatamente os presos por processos políticos”. O presidente da iniciativa, Matt Schlapp, defendeu também que a administração Biden “imponha sanções ao governo brasileiro por seus flagrantes violações dos direitos humanos contra seu próprio povo”.

A comitiva também visitou laboratórios de ideias [think tanks] conservadores, como o Cato Institute. O analista político Andrés Martínez-Fernández, inclusive, representou a Heritage Foundation e acompanhou o movimento bolsonarista na capital estadunidense – a Heritage, também visitada, serviu de inspiração para a criação do Instituto Conserva-

dor-Liberal de Eduardo Bolsonaro. “Esta é uma situação que merece uma resposta dos Estados Unidos para garantir que não vejamos o Brasil seguir o caminho perigoso que está trilhando atualmente”, disse Martínez-Fernández.

O grupo também se reuniu com Christian Halveston, da organização cristã Cedars House. “Fizemos destaques importantes daquilo que tem acontecido na democracia brasileira e fomos ouvidos”, disse o deputado Messias Donato em vídeo sobre o encontro.

Quem também teria demonstrado apoio ao movimento bolsonarista foi o grupo de lobby The Conservative Caucus, que, segundo Paulo Figueiredo, organizou uma recepção para a delegação em 12 de março no Capitol Hill Club, local frequentado por republicanos. O comentarista disse também ter se encontrado com a Alliance Defending Freedom (ADF), que se autodescreve como grupo que “promove o direito dado por Deus de viver e falar a verdade”, para discutir o acesso à CIDH.

Na quarta-feira, 13 de março, a comitiva foi recebida pela CIDH e apresentou petição assinada por 76 parlamentares que atribui a Moraes “atos tirânicos”.

O documento foi elaborado pelo integrante Coronel Ulysses. Na reunião, Allan dos Santos chegou a afirmar que o grupo está “desesperado” e que a prisão dos golpistas de 8 de janeiro é “uma piada”. Não foi a primeira vez que os bolsonaristas apresentaram petições à CIDH. Em novembro de 2022, Paulo Figueiredo e Carla Zambelli (PL-SP) fizeram o mesmo, mas as denúncias ainda não tiveram resultados.

“Da forma como a política nos Estados Unidos está configurada, esses think tanks exercem um lobby em relação aos congressistas” e atuam como “um grupo de pressão”, explicou a antropóloga Isabela Kalil, professora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e coordenadora do Observatório da Extrema Direita, em entrevista à Pública. Além disso, podem auxiliar com financiamento, com compartilhamento de recursos e com a elaboração de estratégias em busca de apoio internacional. Kalil e Abrão concordam que uma possível volta de Donald Trump à presidência pode fortalecer as denúncias dos bolsonaristas.

Os próprios parlamentares dizem estar percebendo que a insistência nas visitas ao exterior tem gerado resultados: “No início, quando a gente falava, parecia que a gente estava falando alguma coisa descabida”, afirmou a deputada Bia Kicis (PL-DF), uma das integrantes da comitiva de março, à Epoch Times Brasil, que entrevistou vários membros da delegação. “Havia uma certa desconfiança, por falta de conhecimento mesmo, mas com as participações do Eduardo no CPAC, com o contato dele, da família Bolsonaro com o Trump, isso tudo foi trazendo à luz o que está acontecendo no Brasil”, avaliou.

# MILEI APOIA MUSK CONTRA STF

## Representantes do radicalismo à direita, presidente da Argentina e bilionário conversaram sobre conflito que envolve plataforma X e corte brasileira

**E**m um encontro realizado na montadora da Tesla, em Austin, no Texas, o presidente argentino Javier Milei e o empresário bilionário Elon Musk, dono, entre diferentes negócios, da marca de carros elétricos e da rede social X (antigo Twitter), conversaram sobre diversos assuntos – entre eles, a democracia no Brasil.

A notícia de que o chefe de Estado da Argentina se colocou à disposição para apoiar o magnata, após recentes embates entre Musk e Supremo Tribunal Federal brasileiro, foi divulgada na última sexta-feira (12) pelo porta-voz argentino Manuel Adorni, em comunicado via redes sociais.

O governo argentino afirmou que, entre uma lista de outros temas abordados, o contexto brasileiro foi mencionado e Milei “ofereceu colaboração neste conflito entre a rede social X no Brasil e o marco do conflito judicial e político no país”. O presidente, representante da extrema-direita, esteve em viagem pelos Estados Unidos na última semana e participou de uma reunião com o

Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

Embaixador argentino nos EUA, Gerardo Werthein disse em entrevista ao jornal Clarín que Musk e Milei são “almas gêmeas”, pois apresentaram visões bem parecidas sobre os temas debatidos, em especial sobre economia, já que ambos se apresentam como ultraliberais.

O conflito com o ministro do STF Alexandre de Moraes ganhou contornos a partir das ameaças de Musk de não cumprimento de medidas judiciais para retirada de conteúdos da plataforma e com declarações que acusam o ministro de agir como um agente que promove a censura no país.

A proximidade de Musk com Milei não é nova. Quando o argentino ganhou as eleições em novembro do ano passado, o bilionário publicou em seu perfil no X que “a prosperidade está à frente da Argentina”. Mesmo com o estreitamento dos laços, não está claro de que maneira Milei poderia intermediar a situação ou tomar qualquer outro tipo de providência, o assunto não foi detalhado pelo governo argentino.



# PAINÉIS REÚNEM ESPECIALISTAS PARA EXPLICAR AVANÇO DA EXTREMA-DIREITA NO MUNDO

Iniciativa do Centro de Análise da Sociedade Brasileira da FPA, o CASB, terá quatro mesas temáticas a partir do dia 26 de abril

**A** linha do tempo da História, desde o início do século 20, é categórica: quando a extrema-direita chega ao poder, já não há como garantir a manutenção da democracia, tampouco dos princípios básicos da civilização. Derrotá-la, portanto, sempre pareceu o único caminho para alcançar dias melhores no futuro.

Inevitável lembrar que os tempos agora são outros. A extrema-

-direita ganhou novas variantes, um discurso orquestrado e incisivo, e novos representantes. Tudo isso para esconder a sua origem ideológica.

Esse fingimento providencial, importante dizer, ainda cativa uma horda de desavisados, embora tentar entender essa adesão pareça ser uma árdua tarefa. T tamanha complexidade foi justamente o que motivou o Centro de Análise da Sociedade Brasileira (CASB) a escolher o tema para

o ciclo de painéis cujo título vem com a pergunta de milhões: "Por que a Extrema Direita Cresce no Mundo?". A busca pela resposta nasce do esforço coletivo das fundações partidárias que integram o CASB.

Com recorte urgente, os painéis reunirão, em quatro datas a partir do dia 26 de abril, um seleto grupo de especialistas e lideranças políticas para mergulhar na trajetória recente da extrema-direita e, de certo modo, propor

novos caminhos para enfrentá-la.

Além da questão que norteará o debate, o diretor da FPA e um dos organizadores do ciclo, Carlos Henrique Árabe, antecipa outros pontos importantes que devem ser investigados. "Por que uma parte expressiva da sociedade tem votado na extrema-direita? Por que um programa contrário à democracia, aos direitos, à igualdade e à solidariedade recebe tanto apoio? Por que a extrema-direita e o capitalismo, cada vez mais desigual e com a democracia em profunda crise, andam juntos?", indaga.

São questões como essas, prossegue Árabe, que justificam os painéis do Centro de Análise da Sociedade Brasileira, iniciativa que reúne as fundações Perseu Abramo, Lauro Campos e Marielle Franco, Maurício Grabois e Rosa Luxemburgo.

"Esses painéis vão analisar grandes casos de expressão da extrema-direita na atualidade: Estados Unidos, com Trump disputando fortemente a corrida presidencial neste ano; América Latina, com diversas forças de extrema-direita; Brasil e, mais

adiante, Europa. Há outros grandes casos de extrema-direita, como a Índia, que talvez possamos tratar em outro momento. Para compreender o Brasil e os meios de vencer democraticamente a polarização, é preciso fomentar nosso debate criativo.", completa.

Ricardo Alemão, membro da direção da Fundação Maurício Grabois, complementa ao lembrar que não se trata de um avanço passageiro. "É um fenômeno que já tem precedentes no século passado, mas que se fortaleceu. Infelizmente a luta para derrotar o neofascismo vai ser longa. Por isso é importante entender o seu funcionamento para frear esse avanço".

Já Daniel Angelim, representante da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, foi direto ao ponto: "Derrotar a extrema-direita é a prioridade máxima. As vitórias recentes em países como Argentina e Itália foram avassaladoras, e ainda temos a guerra de Israel contra a Palestina. Para mudar esse cenário o primeiro passo é entender, buscar respostas e informações. Daí a importância

deste ciclo".

Serão quatro mesas temáticas, cada uma delas dedicada a um recorte geográfico e dentro do contexto político que culminará em novos processos eleitorais mundo afora. São elas: a. Disputa nos EUA, na América Latina, no Brasil e na Europa.

Os eventos serão realizados de forma híbrida serão gravados, editados e posteriormente distribuídos nas redes das Fundações/CASB, para que tenham um alcance mais amplo às discussões e análises apresentadas.

### O CASB

O CASB é uma iniciativa das fundações Perseu Abramo, Lauro Campos e Marielle Franco, Maurício Grabois e Rosa Luxemburgo, criada em 2023 com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre as mudanças na sociedade brasileira e produzir diagnósticos - auxiliando os partidos e o governo na tarefa de democratização da sociedade e das instituições; e na organização do campo democrático popular.

## MESA 1 - A DISPUTA NOS EUA

**Data:** 26 de abril

**Palestrantes:**

- André Kaysel Velasco e Cruz (Universidade de Campinas)
- Cindy Stella Wiesner (Grassroots Global Justice Alliance, a confirmar)
- Jana Silverman (Universidade Federal do ABC e Democratic Socialists of America)
- Nara Roberta Silva (Brooklyn Institute for Social Research)

## MESA 2 - A DISPUTA NA AMÉRICA LATINA

**Data:** 10 de maio

**Palestrantes:**

- Monica Bruckmann (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- Barbara Figueroa (Partido Comunista Chileno)
- Monica Valente (Partido dos Trabalhadores, Foro de São Paulo)
- Rafael Freire (Central Sindical das Américas)

## MESA 3 - A DISPUTA NO BRASIL

**Data:** 07 de junho

**Palestrantes:**

- André Singer (Universidade de São Paulo)
- Ana Paula Perles (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto)
- Manuela D'Ávila (Partido Comunista do Brasil)

## MESA 4 - A DISPUTA NA EUROPA

Em elaboração

# REGULAÇÃO JÁ DAS REDES SOCIAIS

**Odair Cunha**

**O**s ataques do bilionário Elon Musk à democracia, ao Judiciário e à soberania do Brasil merecem o repúdio das forças democráticas de nosso país. O dono da rede social X, antigo Twitter, confunde liberdade de expressão com agressão, reforçando a necessidade de o Congresso Nacional regulamentar o funcionamento das redes sociais e das empresas da área, as big techs.

Ganha importância, assim, a anunciada criação de um grupo de trabalho na Câmara dos Deputados, para debater e propor regras para o setor. Já há acúmulo na matéria, a partir de projeto aprovado no Senado em 2020 e que, na Câmara, com modificações, transformou-se no PL das Fake News (Projeto de Lei 2630/20), relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). A regulação é essencial para a sociedade e a democracia brasileiras.

O Brasil não é uma plataforma que Musk possa comprar, rebatizar e ditar as regras. Ele agiu tentando fazer crer que defende a liberdade, mas sua trajetória mostra que é movido por interesses empresariais, políticos e ideológicos, sintonizado à extrema direita mundial e ao fascismo. A



ausência de regulação estimula a sensação de impunidade.

Mentiras, fake news e discursos de ódio são parte da estratégia utilizada pela extrema direita global. Usam o argumento falacioso da “defesa da liberdade de expressão”, mas na prática querem um vale tudo, a barbárie nas redes sociais. Para o bilionário, o X é plataforma para difundir opiniões de quem

paga mais ou de quem é afinado com o seu ideário antidemocrático.

A regulação das redes sociais é um tema que mobiliza governos e a sociedade em países de todo o mundo, considerando que três empresas possuem monopólio global da área, num esforço fundamental para fortalecer as democracias, proteger os direitos das populações e frear a escalada da extrema direita e do fascismo.

Não se trata de censura, mas sim, de regar a atuação das grandes empresas de tecnologia e das plataformas de redes sociais, de acordo com a nossa legislação e os interesses nacionais, impedindo que sejam usadas com fins ideológicos e políticos, como ocorreu no Brexit no Reino Unido - o caso Cambridge Analytica, nas eleições do Brasil em 2018 e em processos eleitorais de outros países.

A movimentação de Musk com

extremistas direitistas brasileiros e estrangeiros é um atentado à nossa soberania e à democracia, uma tentativa de passar por cima do Estado de Direito e das instituições nacionais. O empresário distorceu a realidade para atender aos seus interesses, tratando o Brasil como se fosse o quintal de sua empresa, ignorando as leis e os procedimentos jurídicos nacionais adotados desde a redemocratização do País.

Diante das ameaças atuais, é absolutamente essencial a regulação das redes sociais. Hoje, o setor funciona em, praticamente, uma terra de ninguém. É preciso estabelecer regras de transparência para as grandes empresas de tecnologia, assegurando a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, coibindo abusos. A regulação vai garantir a defesa dos direitos individuais e coletivos, a democracia e o Estado de Direito.

A tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, com a invasão e depredação das sedes dos três Poderes em Brasília, foi articulada com o apoio de redes sociais, dada a falta de regulamentação. Os terroristas foram indiciados e têm sido punidos, mas as plataformas têm passado ao largo das investigações, por não haver marco legal específico. A regulamentação é de interesse da nossa democracia e de toda a sociedade brasileira.

(\*) Deputado federal por Minas Gerais e líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados\*



Ricardo Stuckert/RR

# REFORMA AGRÁRIA: GOVERNO FEDERAL VISA ASSENTAR 295 MIL FAMÍLIAS

Decreto amplia e agiliza a reforma agrária e contribui para a soberania alimentar do país. “O nosso papel é ser honesto com o movimento social, é dizer aquilo que a gente pode fazer”, disse Lula

## Agência PT

O presidente Lula assinou, nesta segunda-feira (15), decreto que estabelece uma nova estratégia para ampliar e dar agilidade à reforma agrária. O programa Terra da Gente define as prateleiras de terras disponíveis para assentar famílias que querem viver e trabalhar no campo. Até 2026, a estimativa é de que

295 mil famílias agricultoras sejam beneficiadas.

Além de garantir esse direito, previsto na Constituição, a nova medida busca a inclusão produtiva, o aumento da produção de alimentos saudáveis e diversificados, a paz no campo, a diminuição das desigualdades sociais, a superação da fome e da pobreza e a redução do preço dos alimentos.

O decreto organiza diversas formas de obtenção e destina-

ção de terras: já adquiridas, em aquisição, passíveis de adjudicação por dívidas com a União, imóveis improdutivos, imóveis de bancos e empresas públicas, áreas de ilícitos, terras públicas federais, terras doadas e imóveis estaduais que podem ser usados como pagamento de dívidas com a União.

Assim, o governo federal passa a ter um mapeamento detalhado com tamanho, localização e alternativas de obtenção de



Ricardo Stuckert/PR

áreas que podem ser destinadas à reforma agrária (Clique aqui para saber mais detalhes).

“É uma forma nova de resolver um velho problema”, disse Lula, no Palácio do Planalto, ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, do presidente do Incra, César Aldrighi, de outros ministros e representantes dos movimentos populares.

Lula acrescentou que a assinatura do decreto reflete a importância da democracia para que as pessoas tenham liberdade para reivindicar seus direitos, serem ouvidas e atendidas. “O nosso papel é ser honesto com o movimento social, é dizer aquilo que a gente pode fazer, aquilo que a gente não pode fazer, o dinheiro que a gente tem, o dinheiro que a gente não tem”, disse.

Lula também destacou o avanço significativo da reforma agrária durante os governos do PT. “Eu só queria lembrar aos companheiros que, nos primeiros mandatos meus e da Dilma, nós assentamos o equivalente a 754 mil famílias. E colocamos à disposição da reforma agrária

51% de todas as terras utilizadas para a reforma agrária em 500 anos de história do Brasil”, frisou.

## Metas

De 2023 a 2026, deve chegar a 295 mil o número de famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo 74 mil assentadas e 221 mil reconhecidas ou regularizadas em lotes de assentamentos existentes.

Além disso, mais 7 mil famílias devem acessar as terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Dessa forma, o Terra da Gente e as novas alternativas de obtenção vão ampliar em 877% o número de famílias assentadas em relação ao período de 2017 a 2022. Para 2024, está previsto um orçamento de R\$ 520 milhões para a aquisição de imóveis, beneficiando 73 mil famílias.

## Soberania alimentar

O ministro Paulo Teixeira afirmou que o ato assinado por Lula “é uma mudança muito expressiva dos rumos e do tratamento

do tema da reforma agrária no Brasil”.

“Nós vamos apresentar aqui para o senhor a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no Brasil, para a produção de alimentos saudáveis, para tirar o Brasil do mapa da fome, para que tenha alimentos em abundância para o nosso povo, alimentos de qualidade para que nós possamos ter soberania alimentar no nosso país, combater a inflação de alimentos”, pontuou.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macedo, destacou que o novo programa está sendo lançado às vésperas do 17 de abril, Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

“Presidente Lula, hoje o senhor liderando esse projeto com as mãos do nosso governo e com as mãos dos movimentos organizados do nosso país. Nós estamos escrevendo um capítulo importante da nossa história”, disse o Macedo, que criticou o abandono das políticas voltadas para o campo nos últimos governos.

Aristides Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reconheceu o compromisso de Lula com a reforma agrária.

“Nos seus dois governos, presidente Lula, o senhor conseguiu, junto com o nosso apoio, assentar a metade das famílias que nós temos assentadas hoje no Brasil. Se o senhor foi capaz de assentar a metade em 8 anos, nós temos também condições de avançar muito este ano”, afirmou.

Ceres Hadich, dirigente do MST, afirmou que “esse dia, 15 de abril de 2024, ficará marcado na história do povo brasileiro como um marco para a retomada da justiça social e a reforma agrária no Brasil”.



MARCO GALVAO/ALESP

# A BOLSONARIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO

Mudanças reforçam a mentalidade bolsonarista que tomou conta da condução da segurança pública no estado

**Benedito Mariano**

**A** gestão do governador Tarcísio de Freitas no Estado de São Paulo caminha em passos largos para a “bolsonarização” da política de segurança pública.

Sob o comando de Guilherme Muraro Derrite, ex-tenente da Polícia Militar e capitão da reserva da instituição, a Secretaria de Segurança Pública realizou uma mudança estrutural inédita na PM, através da troca de 34 coronéis - de um total de 63 - além de

outros comandos intermediários. Grande parte dos novos comandos vem do 1º Batalhão de Choque (ROTA), do tempo em que o secretário fazia parte da unidade. É o caso do novo subcomandante e do novo corregedor geral da PM.

As mudanças reforçam a mentalidade bolsonarista que tomou conta da condução da segurança pública no estado, rebaixando, por exemplo, os oficiais críticos das operações na baixada santista (Escudo e Verão), que iniciaram após a morte de três policiais militares em serviço, o que lamen-

tamos e repudiamos. Juntas, tais operações já vitimaram mais de 80 pessoas, indicando seu caráter de “operação vingança”.

A justificativa da Secretaria de Segurança Pública do estado é de que as operações são de combate ao crime organizado e que as pessoas foram mortas em confrontos. Há, porém, fortes indícios de que houve excessos na atuação policial nestas situações, colocando em xeque, inclusive, a narrativa dos supostos confrontos, segundo relatório da Ouvidoria da Polícia e de entidades da sociedade civil. Entre as dezenas



Rovena Rosa/Agência Brasil

de mortes em decorrência de intervenção policial na baixada, há um rapaz com deficiência visual. Um jovem cego que, segundo a narrativa oficial do governo, teria “trocado tiros” com policiais militares.

É inaceitável que, sob a justificativa de combate ao crime organizado, se naturalize a violência policial letal nas periferias. Até porque as organizações criminosas se alimentam e se mantêm através da violência, e quando o Estado, através das polícias, também produz violência sistemática nas periferias, acaba, paradoxalmente, fortalecendo essas organizações ao invés de enfraquecê-las, alimentando um processo de criminalização da pobreza.

Dados publicados pela imprensa indicam que a criminalidade cresceu na baixada santista após as operações “Escudo e

Verão”. Uma única liderança de organização criminosa foi morta na região, não em confronto com a polícia, mas por tensões internas da própria organização criminosa, segunda publicação da mídia. Além de vitimizar inocentes, a estratégia adotada pelo governo mostra-se absolutamente ineficiente no enfrentamento à criminalidade organizada.

O Estado de São Paulo foi o estado que mais investiu em câmeras corporais nos policiais, com a aquisição e implantação de mais de 11 mil unidades. Já é de conhecimento público a eficiência da utilização destes equipamentos em proteger a população e os próprios policiais. Entretanto, dos cerca de 600 policiais que atuaram nas operações na baixada santista, a maioria absoluta não estava utilizando as câmeras. Vale ressaltar que a iniciativa de utilizar as câ-

meras corporais foi do próprio comando da PM, na gestão Doria. Tudo indica que os oficiais afastados são aqueles que também são favoráveis a esta política de uso de câmeras, que vêm sendo descontinuada.

A gestão de extrema de direita do ex-presidente Bolsonaro ficou marcada pelo discurso de ódio, pela liberação indiscriminada de armas de fogo (grande parte delas acabaram nas mãos de organizações criminosas como as milícias), pela politização e uso político das FFAA e pela tentativa de golpe de estado, que vem sendo investigada pelo STF. Milhares de militares ocuparam postos-chaves na gestão Bolsonaro, num dos governos mais despóticos de todo período republicano.

Em São Paulo, segundo matéria da Folha de São Paulo, o secretário Derrite aumentou em quase um terço o número de assessores policiais militares no gabinete da Secretaria de Segurança Pública, chegando a 241 assessores militares, número maior que os efetivos de policiais militares de centenas de cidades do Estado. Enquanto isso, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, tivemos em 2023, cerca de 300 mil celulares furtados e roubados no Estado.

Resta saber qual é o interesse por trás da bolsonarização da segurança pública no Estado de São Paulo. Fortalecer a democracia, a segurança pública pautada na legalidade democrática e o estado democrático de direito com certeza não é.

Sociólogo, mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP. ex-Ouvidor da Polícia de São Paulo por 07 anos, foi secretário de segurança cidadã de Diadema e secretário de segurança urbana em São Paulo, São Bernardo do Campo e Osasco. É coordenador do Núcleo de Segurança Pública na Democracia do IREE.

# EVENTO DEBATE CULTURA E POLÍTICA EM TABOÃO DA SERRA (SP)

Primeira edição da Jornada de Territorialização promoveu diálogo entre lideranças locais e jovens produtores de cultura do município a partir de perspectivas periféricas

**Rose Silva**

“O que é cultura e território para você?": com essa provocação foi iniciada a roda de conversa da primeira Jornada de Territorialização 2024, realizada no sábado (13) pela Fundação Perseu Abramo a partir do projeto Reconexão Periferias, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil, o Coletivo Quilombação e o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taboão da Serra (SP).

O evento, que teve a participação de lideranças políticas locais, movimentos sociais e estudantes, debateu o vínculo entre cultura, violência e territórios periféricos com o objetivo refletir sobre um projeto político emancipatório do ponto de vista humano e cidadão.

Participaram da abertura o integrante do diretório estadual do PT-SP Irineu Casemiro, o pre-

sidente do PT de Taboão da Serra, Maurício Lourenço, e o coordenador do projeto Reconexão Periferias, Paulo Ramos. Na composição da mesa, o mestre em gestão pública Danilo Benedito, como mediador, o professor da USP Dennis de Oliveira, a agrônoma e professora do Instituto Federal Vivian Delfino, e o rapper Gaspar Z'África, todos nascidos no Taboão. E ainda as pesquisadoras do projeto Sofia Toledo e Victoria Braga e o integrante da Coordenação de Entidades Negras (Conen) Rafael Pinto.

“Macarrão”, uma das lideranças que participaram do evento, disse que a cultura é uma forma do ser humano pertencer à sociedade, de acordo com o lugar onde vive. “O que vejo hoje em dia é uma violência surreal, mas as pessoas não conseguem assimilar que essa violência já é parte da cultura do povo brasileiro. É normal hoje em dia ver alguém

ser preso sem motivo, espancado, agredido, humilhado. A pessoa começa a acreditar que isso faz parte”.

O estudante Caio Vitor dos Santos, 18 anos, nascido e criado no Taboão, acredita que a cultura seja a representatividade de um povo. “É aquilo que nós somos, seja pela linguagem, pela crença, por aquilo que a pessoa faz. E ainda um movimento que dá voz às minorias. Sou poeta e escritor, em apoio à cultura negra, frequento slam e vejo isso como uma forma de resistência, mostrando que somos parte da sociedade. Algo que sinto muita falta é de conhecer a nossa história, porque por mais que estejamos em um mesmo país somos povos diferentes. A gente não entende os diversos povos, culturas e religiões. Acredito que a falta desse conhecimento é que gera ignorância e preconceito”, diz.



Reprodução

Taboão da Serra é vizinho dos bairros Campo Limpo e Capão Redondo, com os quais compartilha códigos, linguagem e valores das periferias da região Sul paulistana. É também um dos municípios com grandes carências de acesso à saúde, educação de qualidade e espaços culturais, além de um dos locais mais violentos da Grande São Paulo, o que leva sua população a viver em estado de insegurança permanente. Ao mesmo tempo, se mostra como um centro de arte e criatividade, com talentos que surgem dos slam, batalhas de rap, sambadas de coco e outros polos de resistência.

A pesquisadora Victoria Braga falou sobre a cultura como ferramenta política. “Quantos grupos culturais e artistas usam a arte para posicionar-se e formar pessoas politicamente, com as mais diversas linguagens?”, destacou. Ela entende a cultura como instrumento de construção de um horizonte mais democrático e inclusivo.

“Sempre nos incomodou um pouco a ideia de que a periferia é puramente geográfica. Para nós, é uma categoria que unifica grupos, pessoas e territórios muito diferentes entre si mas que se aproximam não só pela distância geográfica dos centros e falta de acesso a serviços, mas principalmente pela exclusão dos espaços de poder. As periferias são

povos de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ocupações no centro da cidade, favelas, população em situação de rua. É vulnerabilidade, mas também muita potência, porque esse entendimento de que as dificuldades são compartilhadas e a luta é conjunta é capaz de unificar todos esses grupos para lutar por representação política e direitos sociais”, explica.

Sofia Toledo, que integra o projeto Reconexão Periferias, disse que somos um país africano e indígena que se pensa branco, mesmo tendo todos os elementos culturais com essas influências, ou seja, a comida, o jeito de falar, as danças. E destacou que a indústria cultural pega todos os elementos da nossa forma de viver e ganha em cima disso. “É impossível pensar a cultura do nosso país desatrelada do racismo e do patriarcado. Enquanto o funk é um dos ritmos mais consumidos no Spotify e um monte de jovens brancos ouve nas universidades e nas festas, há casos como o massacre de Paraisópolis, com nove jovens assassinados em uma única madrugada. A cada vinte minutos uma mulher é assassinada. E o Brasil é o país que mais mata pessoas trans. Ao mesmo tempo, a pornografia de pessoas trans é a mais consumida por aqui. É importante pensar sobre o que isso diz sobre nossa cultura”, afirma.

A professora Vivian Delfino propôs uma reflexão sobre o capital se apossar de nossa cultura e transformá-la em produto, quando, por exemplo, retira um artista da periferia e torna seus shows inacessíveis para a comunidade de onde saiu. “Você tem aí uma apropriação do que se produz no território periférico, indígena, quilombola”. Para Delfino, na cultura existe uma disputa de poder para definir quem vai viver e quem vai morrer. “Nos anos 1990, quando eu tinha 15 anos, fui fazer cursinho, eu tinha vergonha de dizer que morava aqui. É um território que produz cultura, sim, mas é desvalorizado por um estereótipo das ausências que não é culpa nossa: aqui é violento, não tem escola boa, não tem saúde. E tudo o que fazemos como construção nossa é apagado”, diz.

O rapper Gaspar Z’África lembrou que neste ano a escola de samba Vai-Vai representou a história do hip hop, não ganhou o carnaval e ainda foi perseguida. “Isso mostra como as culturas periféricas, dos povos africanos e originários, são banidas e perseguidas ao longo dos séculos até os dias de hoje. Estou aqui hoje porque quero ver a mudança. Desde moleque são os mesmos, os hereditários, e eu acredito muito nesta nova geração que está vindo. Talvez a gente transforme de vez a política desta cidade”, pontua.

E afirma que, quando se pensa a partir da visão colonial, o Taboão da Serra é visto como perigoso, mas os maiores talentos, moleques bons de samba, de bola, de rap, estão lá. “O sistema colonial não tem criativos. A criatividade vem daqui eles pegam e potencializam. Mas o que move a transformação é a quebrada. Não consigo pensar em viver em outro território que não seja minha quebrada. Com o rap, conheci mais de 15 países, já tive oportunidade de morar em outros países, mas não consegui ficar. Cabe a nós, nativos, reconhecer esse território como espaço de transformação para todos e não apenas para alguns”.



# IBGE LANÇA NOVO ATLAS COM BRASIL NO CENTRO DO MUNDO

Atlas também destaca as nações que compõem o G20 e traz a indicação dos territórios quilombolas no Brasil e a distribuição de pessoas quilombolas e indígenas, dentre outras inovações

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou nesta terça-feira (9), no Rio de Janeiro, uma nova edição do Atlas Geográfico Escolar. O material é referência para estudantes de todo o país, com dados geográficos, cartográficos e estatísticos do Brasil e de mais 180 países. Uma das novidades desta edição são os mapas-mundi que apresentam o território do Brasil no centro do mundo.

O lançamento ocorreu na Casa de Cultura Laura Alvim, em Ipanema, transformada em Casa

G20 neste ano, em que o Brasil preside o grupo. Nesse sentido, o novo Atlas também traz a marcação das representações diplomáticas do Brasil no exterior e das nações que compõem o G20, grupo que reúne 19 das maiores economias do mundo, além da União Europeia e União Africana.

Os interessados podem adquirir a versão impressa na loja virtual do IBGE. Além disso, o novo atlas também está disponível, em versão virtual, no portal da instituição. Outra novidade são QR codes disponíveis na publicação impressa que levam a

gráficos interativos na versão digital, além de vídeos e links com conteúdos complementares.

“Esperamos que a rede pública e também as escolas privadas possam dispor desse material informativo aos nossos alunos. Precisamos de brasileiros cada vez mais conectados com a realidade do Brasil, um país de dimensão continental”, afirmou o presidente do IBGE, Marcio Pochmann.

Ao mesmo tempo, a nova edição do Atlas Escolar também traz a indicação dos territórios quilombolas no país e a distribuição de pessoas quilombolas



Ricardo Stukert

e indígenas, além da cobertura e uso da terra e espécies ameaçadas de extinção. E acompanha as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação.

## Agenda 2030 e ODS

Do mesmo modo, além do novo atlas, o IBGE também aproveitou a cerimônia para lançar a publicação Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20: caderno desigualdades – primeiras análises. Assim, o estudo busca promover a articulação entre as agendas do G20 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A coordenadora do Projeto ODS na Presidência do IBGE, Denise Kronemberger, explica que a desagregação de dados para os indicadores ODS é fundamental para a implementação da Agenda 2030, pois permite captar a população em situação de vulnerabilidade e as desigualdades, para então combatê-las por meio de políticas públicas. O produto resultante deste es-

forço colaborativo é a Plataforma ODS Brasil, que disponibiliza atualmente um conjunto de 125 indicadores para o acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil.

“Os indicadores seguem as metodologias e padrões internacionalmente estabelecidos e são calculados com os dados nacionais oficiais produzidos regularmente. Com essa publicação, o IBGE traz para o debate as sinergias existentes entre a Agenda 2030 e o G20, fornecendo um primeiro conjunto de informações que possam subsidiar as discussões sobre o tema das desigualdades”, destaca a especialista.

## Avanços e obstáculos

Por exemplo, considerando a linha de pobreza de U\$ 2,15/dia, Índia, Brasil e Indonésia apresentaram, em 2021, as maiores proporções de pessoas em situação de pobreza, entre os países do G20. Houve, no entanto, redução deste indicador no Brasil em 2022, caindo de 5,8% para 3,5%. Do mesmo modo, a Indonésia também registrou queda, de 3,5%

para 2,5%.

Por outro lado, até 2021, nenhum país do G20 alcançou a cobertura universal de conclusão do ensino médio, considerando as pessoas de 20 a 22 anos de idade. Nos Estados Unidos, a taxa foi de 94,58%, enquanto no México era 59,53% e no Brasil, 73,37%.

México, África do Sul e Argentina são os países do G20 com a maior representação de mulheres nos parlamentos nacionais. No Brasil, a participação de mulheres é de apenas 14,81%, de acordo com o documento. Já na proporção de mulheres em posições gerenciais o Brasil ocupa a terceira posição, atrás apenas de EUA e Rússia.

Além disso, Índia, Indonésia, México, Argentina, África do Sul e Brasil apresentam as maiores taxas de informalidade. Enquanto na Índia a taxa é de 91,32% para as mulheres, na Alemanha é de 4,61%. Enquanto isso, a taxa de desocupação é maior entre a população de 15 a 24 anos em todos os países do G20.

Com informações do IBGE

# “ACREDITO QUE O PT VOLTARÁ A GOVERNAR GUARULHOS”

Pré-candidato à prefeitura de Guarulhos, o deputado federal falou sobre as atividades na CCJ, os projetos do governo Lula e quais serão os desafios e as propostas para governar a segunda maior cidade do estado de São Paulo

Fernanda Otero

**N**ascido e criado em Guarulhos, o deputado federal Alencar Santana começou sua militância no movimento estudantil, aos 16 anos, e ingressou no Partido dos Trabalhadores aos 22, em 1998. Atualmente, em seu segundo mandato consecutivo na Câmara dos Deputados, o advogado constitucionalista teve uma atuação de destaque como deputado estadual na ALESP, apontando desvios de verba durante a CPI da Merenda.

Sobre os trabalhos em Brasília, ele comenta que há um novo cenário no qual o controle da pauta da Comissão de Constituição e Justiça não é do campo progressista, mas sim de radicais extremistas, mas que existe um

regimento que ele espera que seja respeitado. Para a população guarulhense, Santana tem expectativa de que, com a vitória, seja possível uma maior integração junto aos programas do governo federal, já que o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) segue dificultando a interlocução.

O pré-candidato fala sobre as complexidades de governar uma cidade em uma região metropolitana, em especial no tema da mobilidade urbana, já que o fluxo de deslocamento para a capital é alto, além de destacar temas como habitação e a questão híbrida do município a partir da privatização da Sabesp.

Leia a seguir trechos da entrevista realizada no dia seguinte aos trabalhos da votação sobre o destino de Chiquinho Brazão, na

última quarta-feira (10):

**- As últimas 24 horas na Câmara Federal devem ter sido intensas. Como foi o processo que definiu a manutenção da prisão de Chiquinho Brazão na CCJ e depois no plenário?**

- Olha, foi muito duro. A tropa bolsonarista, o PL e companhia, alguns resistiram bastante na CCJ, tiveram muita coragem tentando impedir a aprovação do parecer, ou seja, a autorização para manter a prisão, jogaram pesado. Alguns discursando com argumentos falsos, alegando defender a Constituição, que a prisão era ilegal, que votariam pela liberdade dele, mas depois pela cassação. Em primeiro lugar, eles não defendem a Constituição, em segundo, a prisão não é ilegal.



Além do homicídio de Marielle e Anderson, houve vários atos de obstrução da justiça, um tipo de crime que se perpetuou. Outras seis pessoas foram mortas, que eram suspeitas, investigadas ou que tinham informações sobre o caso. Então, o grupo, a organização criminosa, continuava cometendo crimes. Isto justifica a prisão imediata. Quem será a próxima vítima se continuarem livres? Portanto, não há nada de ilegal. Há também elementos que justificam a prisão do ponto de vista da materialidade. E esse argumento de que votariam pela soltura e depois pela cassação foi mais uma tentativa de obstrução, de que realmente o que eles queriam era cassá-lo no Conselho, fazer com que ele perdesse o foro privilegiado, e levar o processo de volta para o Rio de Janeiro. É mais um esforço para obstruir, para atrasar a conclusão do inquérito, buscando a impunidade. Portanto, foi uma luta intensa na CCJ. Nos últimos minutos, conseguimos a vitória, mas a tensão sobre o resultado manteve-se durante toda a sessão, o placar estava muito apertado.

**- Ainda sobre a CCJ, agora temos um outro cenário onde, tanto a presidente quanto a vice-pre-**

## ALÉM DO HOMICÍDIO DE MARIELLE E ANDERSON, HOUVE VÁRIOS ATOS DE OBSTRUÇÃO DA JUSTIÇA

**sidente são grandes opositoras ao governo. Como você vê essa nova configuração da comissão?**

- De fato, enfrentamos um novo cenário no qual o controle da pauta não é nosso, mas sim da oposição, da presidência do PL, e de radicais extremistas. Mas, logicamente, que também tem ritos a serem seguidos. Há um regimento que esperamos que seja respeitado no que diz respeito à pauta, especialmente em assuntos de interesse do governo, que esteja tramitando na comissão, que ela coloque em pauta e vamos para o debate. O governo vai articular para ter a maioria e eles, logicamente, vão articular para ter a maioria deles, nós estamos conversando, dialogando, para que não haja sabotagem nesse processo. Portanto, se algo está na pauta, deve ser discutido, vamos debater. Contudo, a inclusão de outros projetos na pauta pode ser prejudicial, pois prevalece uma lógica de criminalização excessiva. Veja a contradição: eles frequentemente propõem muitos projetos que aumentam as penas, sob o pretexto de combater a criminalidade. Porém, quando surge uma oportunidade concreta de combater a criminalidade e a impunidade, como a prisão de

um deputado, por exemplo, eles fazem o inverso. O discurso é vazio, contraditório e hipócrita, defendendo um aliado direto. Portanto, essa será a tônica constante da comissão, mas acreditamos que temos condições de superar e progredir.

**- O Desenrola Brasil, projeto no qual foi relator, transformou-se em um dos projetos mais bem-sucedidos do governo no primeiro ano, além da nova Lei dos juros do cartão de crédito. Esses projetos são uma demonstração do poder de articulação do governo Lula. Como você vê os avanços na economia e em outras áreas?**

- O governo Lula é um governo de realização, um governo de projetos novos, mesmo os antigos, são novos. Por que teve que recriar o Minha Casa Minha Vida, Faixa 1? Porque haviam encerrado o programa. Se o programa não tivesse sido abandonado, não seria necessário recriá-lo. O Mais Médicos é um programa novo. Eles acabaram com o Mais Médicos, tivemos que reiniciá-lo, reconstruí-lo. Logo, nada é velho, é novo. Se eles tivessem continuado o projeto de investimentos com mais obras, não precisaríamos do PAC outra vez. Se a política de valorização do salário mínimo tivesse sido mantida, não seria necessário aprová-la novamente para assegurar um ganho real acima da inflação. Se houvesse igualdade salarial entre homens e mulheres, o presidente Lula não precisaria intervir. Do mesmo modo, se os juros excessivos não deixassem milhões de brasileiros endividados, o programa Desenrola não teria acontecido. Esse programa possibilitou que muitas pessoas recuperassem a dignidade, limpassem seus nomes e retomassem suas atividades econômicas plenamente. No Desenrola, do qual fui relator, não

apenas oferecemos uma solução, mas também combatemos a causa principal: os juros abusivos de cartão de crédito e do rotativo, que levavam a dívidas enormes com juros anuais de até 450%. Limitamos os juros a 100% ao ano, o que, apesar de ainda ser alto, representa uma redução significativa. Esse limite é um patamar fixo, independente do tempo da dívida. Este limite foi estabelecido por quê? Afinal, quem mais se endivida com o cartão de crédito?

## SE TIVESSEM CONTINUADO O PROJETO DE INVESTIMENTOS, NÃO PRECISARÍAMOS DO PAC OUTRA VEZ

São geralmente os mais pobres, aqueles que necessitam do crédito para emergências e não conseguem quitar no fim do mês.

**- Você está confirmado como pré-candidato do PT na cidade de Guarulhos, a segunda maior cidade da região metropolitana de São Paulo. Como é que você começou a construir essa pré-candidatura?**

- Primeiramente, é um orgulho, para mim, representar o PT na disputa de 2024 em Guarulhos, cidade onde nasci, cresci e vivo. Já fui vereador por duas vezes e eleito deputado estadual também duas vezes, eleito pela cidade de Guarulhos. Atualmente, estou no meu segundo mandato como deputado federal, sendo novamente o mais votado na cidade em 2022. Estamos dialogando com muitas pessoas, diversos partidos. Teremos ali uma aliança muito boa, forte, enfrentaremos os candidatos bolsonaristas, um com aval direto de Tarcísio, apoiado pelo prefeito, e outro pelo PL. Guarulhos é uma cidade de grande importância, a segunda maior do estado de São Paulo. Pretendo discutir o cotidiano da cidade e o futuro de Guarulhos, visando a mudança e transformação que a cidade necessita. Consciente de que, no debate nacional, a representação política tem seu espaço, assumirei a representação do projeto do presidente Lula. Atuo como vice-líder do governo na Câmara e assim o farei na cidade, como pré-candidato a prefeito, confiante na possibilidade de vitória. Acredito que o PT voltará a governar Guarulhos após oito anos fora do poder.

**- A questão da mobilidade é um problema muito sensível para a população de Guarulhos, mas é uma questão que não dá para tratar isoladamente, e a região metropolitana de São Paulo não tem sido pautada pelo governo do Estado. A privatização recente da Sabesp deve ter reflexos na vida dos guarulhenses, sem contar a habitação, que continua sendo um grande desafio. Você tem propostas para estes temas?**

- Primeiro que Guarulhos é a grande São Paulo. Lógico que cada cidade tem sua particularidade. Guarulhos tem diferença de São Bernardo, de Osasco, de

Santo André, da capital, sem dúvida alguma. Existem problemas locais, mas existem problemas, nesse caso, que são metropolitanos porque são realidades semelhantes. O deslocamento diário mais significativo entre cidades no país ocorre de Guarulhos para São Paulo, uma dinâmica também vista de São Bernardo e Santo André para a capital. Portanto, pensar em soluções e ações conjuntas para a região metropolitana significa planejar de forma mais eficaz, otimizar recursos públicos e encontrar soluções que beneficiem a todos de maneira adequada. Não faz sentido resolver um problema em uma cidade sem considerar impactos nas vizinhas. Nesse aspecto, o diálogo com a capital é essencial, e o governo estadual deve atuar como um promotor e facilitador desse processo. Hoje nós temos um governo que não tem política pública. Que não faz um debate de política pública, que não chama os prefeitos para conversar. O presidente Lula já fez investimentos muito importantes na cidade de Guarulhos. O governador, até agora, nada. Não levou uma creche, uma escola. Nada, nada, nada. Uma casa. Lula já assegurou moradias através do programa Minha Casa, Minha Vida e destinou 10 bilhões para a construção do metrô no estado, demonstrando um compromisso com o uso eficiente dos recursos públicos. Essa parceria com o governo federal é crucial para nós, especialmente na gestão da cidade, pois almejamos promover mais projetos em colaboração.

Quando iniciamos a campanha "Guarulhos Quer Metrô" em 2013, eu sabia que a implementação do metrô em Guarulhos não seria imediata. Esse tipo de projeto exige uma série de etapas: estudos preliminares, análise de viabilidade, captação de recursos, elaboração do projeto executivo,

licitação e, finalmente, o início das obras. No entanto, as audiências públicas, mobilizações, assembleias e reuniões com a Secretaria Estadual de Transporte e a presidência do metrô foram cruciais. Graças a essas ações, hoje temos estudos que comprovam a viabilidade e necessidade do metrô, o que, sem nossa intervenção, poderia ter sofrido ainda mais atrasos. Da mesma forma, a questão do trem. Guarulhos já teve trem, pra quem não sabe, durante 50

## O DESLOCAMENTO MAIS SIGNIFICATIVO ENTRE CIDADES NO PAÍS OCORRE DE GUARULHOS PARA SÃO PAULO

anos. Era o trem das 11, do Adoniran Barbosa. Quando ele está querendo retornar para o Jaçanã, ele está em Guarulhos querendo retornar pro Jaçanã. Ora, já que o trem ia chegar, que a gente não o perca. É essencial que não deixemos essa oportunidade de melhorar o transporte público passar. Atualmente, o serviço de trem existente opera abaixo de sua capacidade, exceto nas viagens

expressas, pois não se conecta efetivamente com as áreas de Guarulhos que mais necessitam de acesso ao transporte público rápido para a capital. Hoje, é praticamente um trem fantasma.

A privatização da Sabesp foi um golpe duro para o povo de São Paulo, e os efeitos prejudiciais serão sentidos no futuro. Em Guarulhos, o serviço foi transferido da Sabesp municipal e o contrato é claro, estipula que, se a Sabesp for privatizada, a concessão feita pelo município a ela será cancelada, a menos que haja uma nova autorização legislativa. Portanto, se esse modelo avançar, nós trabalharemos para trazer o serviço de volta ao município, fornecendo um serviço mais competente e com tarifas mais acessíveis do que as praticadas pela Sabesp. Sobre o Minha Casa Minha Vida é importante destacar que já conquistamos cerca de mil unidades para Guarulhos durante o governo Lula, que foram anunciadas em 2023 e ainda serão construídas. Esperamos que o atual prefeito inicie essas construções o mais rápido possível, mas se isso não acontecer, nós começaremos as obras em 2025 para beneficiar os cidadãos que merecem uma casa própria nesta cidade.

**- Um projeto recente sobre a educação em Guarulhos, que estabelece novas regras para a escolha dos gestores da educação, foi aprovado na Câmara Municipal, ainda que tivesse 98% de rejeição em uma votação no site da Câmara. Qual sua visão do tema e deste comportamento que ignora o desejo da maioria?**

- O prefeito criou a escola com partido de uma maneira descarada, aberta, onde ele quer indicar, interferir na escolha do diretor de escola, vai indicar diretamente o vice-diretor, coordenador pedagógico, quer dizer, é uma interferência brutal na educação pú-



blica. Ora, não pode uma escola ficar suscetível ao seu conteúdo pedagógico, à vontade política de plantão. Por isso que nós temos o Plano Nacional, debates, conferências, para traçar uma política geral. A educação de Guarulhos tem que ser semelhante a de outras cidades, tem que ter um plano e os professores, coordenadores pedagógicos, poderão progredir em suas carreiras, não dá para ter uma vontade política dominando esse processo. Então, o prefeito aprovou esse projeto na Câmara, mas se eu for eleito prefeito, vou revogar, mudar essa lei. Não vamos ter interferência política na educação pública, vamos construir conversando com os professores e educadores.

**- Acompanhamos os ataques de Elon Musk à soberania nacional, você apoia o movimento de saída do Twitter do país? Qual sua opinião sobre a retirada do PL sobre as fake news.**

- Eu, por coincidência, ainda antes de começar esta entrevista, tinha me cadastrado no Blue Sky. Não podemos depender exclusivamente de um único meio

de comunicação, de uma única ferramenta tecnológica de informação, ainda mais nas mãos de um maluco, de um cara autoritário que se acha dono do mundo e que se acha dono de países, que não aceita lei. Ele acha que vive no espaço. Aqui tem lei, aqui tem país, aqui tem um povo, tem regra, tem instituição e tem que seguir. Se não quiser, lamento, vá pra onde ele achar que tem que ir. Mas ele não pode se achar o dono do mundo só porque é dono de uma plataforma que conversa com o mundo, que tem presença em quase todos os países. O que ele faz é um atentado, é um crime contra o Brasil, contra o quinto maior país do mundo em termos de população, uma das maiores economias do mundo, um país soberano que ele subestima, atacando o poder judiciário e um de seus ministros, recusando-se a obedecer às leis. Isso é inaceitável. Por essa razão, decidimos explorar outras redes sociais, claro, sem abandonar completamente o X por enquanto. Tomara que mais pessoas entrem em outras redes alternativas para que a gente também possa se comuni-

car de uma maneira livre, porém dentro de parâmetros. Não podemos confundir os conceitos de legalidade, civilidade, humanidade e respeito com qualquer forma de censura. Defender esses valores essenciais não significa restringir a liberdade. Pelo contrário, o verdadeiro cerceamento da liberdade ocorre quando se usa a mentira e poderosos meios de comunicação tecnológicos para interferir em processos políticos, manipulando pensamentos e ideias, disseminando falsidades, desinformando a população e incitando ódio de A contra B. Isso sim é censura através da manipulação. Esperamos que a Câmara dos Deputados tome uma posição ativa. O presidente mandou segurar o projeto sobre as fake news, que já tinha avançado com o relatório do deputado Orlando Silva, optando por criar um grupo de trabalho. Nossa bancada, assim como o governo, está determinada a acompanhar esse processo de perto. O que buscamos é garantir direitos aos usuários e estabelecer obrigações claras aos proprietários dessas plataformas, que ganham bilhões ao operá-las.

# PESQUISA QUAEST TRAZ DADOS SOBRE POPULARIDADE DOS GOVERNOS EM 4 ESTADOS

Matheus Tancredo Toledo

**A** mais recente pesquisa da Quaest, em parceria com o banco Genial, trouxe dados sobre a avaliação do governo Lula em quatro estados da federação: São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná. O levantamento, feito entre os dias 4 e 7 de abril, buscou também medir a popularidade dos governadores dos quatro estados.

Os números revelam uma variação significativa na aprovação entre os estados brasileiros. Quando a pergunta permite somente aprovar ou desaprovar, a aprovação geral do governo federal no Brasil é de 51%, e mantém-se em patamar semelhante nos estados de Minas Gerais (52%), São Paulo (50%) e Goiás (49%) - o Paraná apresenta o índice mais baixo, com 44%. Isso indica uma estabilidade geral na percepção do governo em nível nacional, com a maioria dos estados oscilando em torno des-

sa média. Do ponto de vista da reprovação, que nacionalmente é de 46%, Minas Gerais (47%) e São Paulo (48%) se aproximam desse patamar, enquanto Goiás (50%) e Paraná (54%) se distanciam.

Quando perguntados sobre a avaliação do governo em uma escala mais ampla (que inclui ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo), os números são semelhantes: no Brasil, 35% consideram o governo ótimo ou bom, patamar semelhante ao de Minas Gerais (34%), São Paulo e Goiás (32%, cada) e mais distante do Paraná (30%). Já a reprovação (soma de ruim e péssimo) é de 34% nacionalmente, 35% em Minas Gerais, 37% em São Paulo, 40% em Goiás e 41% no Paraná.

Os quatro estados não foram selecionados pela Quaest para esse estudo de forma aleatória. Cada um dos quatro é governado por quadros da extrema-direita com potencial (maior ou menor, a depender do nome) de postular a condição de representante bolsonarista na política

nacional após a inelegibilidade de Jair Bolsonaro nos próximos dois pleitos nacionais - os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos - SP), Romeu Zema (NOVO-MG), Ronaldo Caiado (União Brasil - GO) e Ratinho Junior (PSD-PR). O governo de São Paulo é aprovado por 62% e reprovado por 29%, enquanto o de Minas Gerais alcança o mesmo número de aprovação, mas 31% de reprovação. O governo de Ratinho Junior alcança 79% de aprovação (17% de reprovação), enquanto o de Caiado tem 86% e 12%, respectivamente.

Os dados da Quaest, sem série histórica para comparação, não permitem uma análise que trace evoluções e tendências do ponto de vista temporal (se a popularidade melhorou ou piorou, por exemplo) - trabalho que o NOPPE (Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos) prioriza para compreender a opinião dos brasileiros. A comparação possível, com os dados eleitorais de 2022, demonstra que embora três (SP, GO, PR) dos quatro estados tenham tido votação majoritária a favor de Bolsonaro no pleito de 2022, o saldo para o governo federal parece ser mais positivo neste momento do que o daquela eleição. Ainda que avaliação de governo e voto sejam variáveis que se relacionam, mas não determinam uma à outra e que cautela deva ser adotada ao comparar os votos válidos daquela eleição com as porcentagem de avaliação da população sobre os governos, torna-se ilustrativo o saldo positivo em todos os estados, como ilustra o exemplo do Paraná: em 2022, Bolsonaro teve 62% dos votos válidos contra 38% de Lula no primeiro - um número menor que sua aprovação hoje.



Reprodução

# CNJ AFASTA DO TRF-4 JUÍZES E DESEMBARGADORES LIGADOS À LAVA-JATO

# Conselho entende haver corrupção e peculato em fundação privada da Lava Jato. Corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, afirma que juíza federal Gabriela Hardt cometeu crime de prevaricação

Agência PT

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou o afastamento da juíza federal Gabriela Hardt, do juiz federal Danilo Pereira Júnior e dos desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, ambos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Em decisão proferida nesta segunda-feira (15), o corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, afirmou que os quatro burlaram a ordem processual, incluindo decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), violaram o código da magistratura e cometeram crime de prevaricação.

Substituta do hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR) na condução da finada Operação Lava Jato, Hardt homologou o acordo responsável por criar a famigerada "organização privada de combate à corrupção", que seria abastecida com recursos públicos recuperados pela força-tarefa e gerida por seus integrantes. O CNJ vê peculato e corrupção na tentativa de direcionar R\$ 2,5 bilhões da Petrobras para a fundação da Lava Jato. O ministro do STF Gilmar Mendes chegou a tachar ironicamente a empreitada de "fundação criança esperança".

O corregedor nacional de Justiça, por sua vez, classificou os procedimentos adotados por Hardt e pelos procuradores liderados pelo hoje ex-deputado Deltan Dallagnol, à época procurador do Powerpoint, de "recirculação de valores". Para escapar de processo administrativo

no Ministério Público do Paraná, Dallagnol pediu exoneração e se candidatou a deputado federal pelo Podemos, em 2022. Foi eleito, mas acabou cassado, por unanimidade, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por fraude contra a "Lei da Ficha Limpa".

"Tal procedimento caracterizou-se pelo atípico direcionamento dos recursos obtidos a partir da homologação de acordos de colaboração e de leniência exclusivamente para a Petrobras, com a finalidade de se obter o retorno dos valores na forma de pagamento de multa pela Petrobras às autoridades americanas, a partir de acordo sui generis de assunção de compromisso para destinação do dinheiro formalmente e originariamente prometido ao Estado Brasileiro - ou seja, dinheiro público - para fins privados e interesses particulares (fundação a ser gerida a favor dos interesses dos mesmos)", escreve.

Salomão entende ainda que Hardt cometeu crime de prevaricação. "O que a Correição descobriu, juntando as pontas e os fatos, é que a homologação do acordo cível (em juízo criminal absolutamente incompetente) ocorreu após a juíza Gabriela Hardt discutir e analisar, previamente e fora dos autos, por meio de conversas por aplicativo de mensagens (admitido em depoimento prestado pela magistrada durante a Correição), os termos de 'acordo de assunção de compromisso'", completa o corregedor.

## Um dia após o outro

"O tempo vem mostrando

que estávamos cobertos de razão. Hoje o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) afastou da função pública a juíza Gabriela Hardt, amiga do Sergio Moro, que sucedeu ele na 13ª vara federal de Curitiba, e mais três procuradores do TRF-4. Ela e Deltan Dallagnol planejavam criar uma fundação privada para colocar as mãos em dinheiro público da Petrobras, empresa que eles tentaram destruir, mas foram descobertos", publicou a presidenta nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), deputada federal Gleisi Hoffmann (PR).

"A decisão aponta ainda para prevaricação, burla à ordem processual, violação do código da magistratura e até mesmo desobediência a decisões do Supremo Tribunal Federal", acrescenta.

A presidenta nacional do PT lembrou que a magistrada que substituiu Moro na Lava Jato ficou conhecida no Brasil como a "juíza do copia e cola". "A juíza Gabriela Hardt é aquela que copiou a sentença injusta de Moro sobre o tríplice, para condenar Lula na ação do sítio", expôs a parlamentar.

Sobre Thompson Flores, Gleisi recordou que o desembargador chamou a sentença de Moro que condenou Lula de "tecnicamente irrepreensível", antes mesmo de lê-la. A decisão do juiz da 13ª Vara de Curitiba foi anulada, por incompetência de foro.

"E o desembargador Thompson Flores é o mesmo que elogiou a sentença de Moro antes mesmo de ela ser julgada (com muita parcialidade) pelo TRF-4. Agora terão de prestar contas de seus erros. Os justiceiros viraram réus."

# CÂMARA MANTÉM BRAZÃO PRESO

Em votação apertada, deputados negam liberdade para Chiquinho Brazão; próxima decisão será sobre mandato parlamentar, com processo de cassação aberto na Comissão de Ética

**A**cusado de ser um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco, o deputado Chiquinho Brazão (sem partido, após ser expulso do União Brasil) permanece preso na penitenciária federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. A decisão sobre o destino do parlamentar foi votada no plenário da Câmara dos Deputados na semana passada e trouxe à tona articulações em torno da queda de braço da casa legislativa com o Supremo Tribunal Federal, além de movimentar os bastidores da disputa pela sucessão do presidente Arthur Lira.

Foram 277 votos favoráveis e 129 contrários ao relatório que propunha a manutenção da prisão de Brazão. Além dele, seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e Rivaldo Barbosa, chefe da Polícia Civil à época do assassinato, também tiveram prisões preventivas decretadas por Alexandre de Moraes no final de março. Além do planejamento do crime, que ocorreu há seis anos e resultou na morte de Marielle e do motorista Anderson Gomes, há também acusações relacionadas à obstrução nas investigações durante o período.

Parlamentares, em especial da extrema direita, argumentaram que a prisão abre precedente para que outros deputados sejam mais facilmente presos pelo STF, tese que Brazão e seu grupo político sustentaram até o fim

Luiza Marques/Agência Brasil



com apoio de partidos como o PL, de Valdemar da Costa Neto e Bolsonaro, que orientou a bancada para o voto que indicaria a soltura do político carioca.

Um dos principais envolvidos no lobby, segundo a jornalista Malu Gaspar no O Globo, foi o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aliado da família Brazão no Rio de Janeiro. Em suas redes sociais, Cunha emitiu uma nota lamentando a matéria e negando a tentativa de influenciar deputados no tema. Para a revista Carta Capital, assessores legislativos relataram que o ex-cacique do centrão tem ido à Câmara com certa frequência e costuma 'despachar' no gabinete da filha, a deputada federal Dani Cunha (União Brasil). Em entrevista à CNN Brasil, Cunha apostou na cassação de Brazão.

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instaurou, na última quarta-feira (10), um processo que poderá levar à cassação do mandato de deputado federal de Chiquinho Brazão. O

pedido para abertura do processo disciplinar no colegiado foi feito pelo PSOL sob a justificativa de quebra de decoro parlamentar.

"A perda de mandato será um assunto polêmico, e o quórum deve ser apertado novamente", afirmou o relator Darci de Matos (PSD-SC) a jornalistas. Ele destacou ainda a preocupação com a imagem da Câmara ser prejudicada dada a gravidade do crime. Preocupação essa que entrou no cálculo político da votação, segundo analistas políticos.

Os principais candidatos à sucessão da presidência da casa tiveram posições diferentes. Marcos Pereira (Republicanos-SP), candidato do centrão, não votou para evitar desgastes com o PL, já Elmar Nascimento (União-BA) votou pela liberdade de Brazão, o que foi considerado um aceno importante para a bancada bolsonarista. Antonio Brito (PSD-BA) votou favorável à manutenção da prisão junto com demais deputados governistas.

# 60 ANOS DO GOLPE: WEBSÉRIE EXPLORA IMPACTOS E HERANÇAS DA DITADURA MILITAR

Produzida pela Fundação Perseu Abramo, série de depoimentos coloca em debate os impactos do Golpe de 1964 ao longo de seis décadas. Com sete episódios temáticos e convidados especiais, a série será lançada a partir do dia 15 de abril

**O**s efeitos imediatos e nefastos da ditadura militar que se seguiu ao Golpe Militar de 1964 não duraram apenas os 21 anos de chumbo. As sequelas sociais e estruturais ainda hoje podem ser sentidas no país. São as máculas do período que derrubou a democracia brasileira e perseguiu quem combatia a ditadura que norteiam os sete episódios de uma websérie produzida pela Fundação Perseu Abramo: é preciso recordar sempre para que não se repita nunca.

Os episódios, de aproximadamente cinco minutos cada, se dividem em temas e personagens, como parte de um projeto de memória desenvolvido pela instituição e foram lançados nesta segunda-feira, 15. Os aspectos abordados em cada episódio são: economia, direitos, cultura, imprensa, ciências, periferias e segurança pública.

Mais do que apenas documentar, a Fundação entrega material amplamente analítico e que servirá de base para consultas futuras feitas por quem busca a verdade. Para o diretor de Comunicação da FPA, Alberto Cantalice, o produto audiovisual é mais um compromisso da Fundação em manter o debate sobre o período e fornecer informações de qualidade para dirigentes e militantes. “Enquanto houver quem defenda a Ditadura Militar nos manteremos a postos para desmentir qualquer argumento favorável ao período. Este é um



dos compromissos da Fundação: pesquisar, interpretar e traduzir qualquer assunto de relevância pública para os nossos leitores e leitoras”.

Na economia, o entrevistado é o professor da Unicamp Anselmo Luis dos Santos, doutor em Ciências Econômicas; na Cultura, Juca Ferreira dá o seu parecer como testemunha ocular e ex-ministro da pasta; sobre direitos quem fala é o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh; Dulce Pandolfi, historiadora e militante no período, explica os impactos da ditadura na ciência; no episódio sobre imprensa é Hélio Doyle, jornalista e atual presidente da EBC; Lêda Leal, secretária de

Gestão do Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial fala sobre periferias; já sobre segurança pública o entrevistado é Benedito Mariano, ex-ouvidor da polícia paulista ex-secretário de Segurança Urbana da cidade de São Paulo.

Cada um deles fala, com a experiência de quem vivenciou o período, sobre os efeitos nefastos do golpe em suas respectivas áreas, sempre com o compromisso de desmistificar qualquer suposto avanço ocorrido durante aqueles 21 anos.

Os episódios serão disponibilizados sempre às segundas, quartas e sextas.



# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

“Nós acreditamos que as mudanças acontecem nos municípios, é onde as mulheres nascem, vivem e trabalham”, destacou Eleonora Menicucci na reunião do NAPP Mulheres, que discutiu o texto de Diretrizes de Políticas Públicas para as Mulheres na última quinta-feira (11)

## Redação Focus Brasil

O ano de 2024 é decisivo para a construção política do país nos próximos anos. Com as eleições municipais, dois anos antes de novo pleito nacional, abre-se a janela de regionalização de políticas públicas, que podem funcionar como um laboratório de governança e boas práticas. O debate das políticas públicas para as mulheres é um dos temas centrais: nunca o país enfrentou índices de violência contra a mulher como nos anos recentes, o que torna urgente uma reorientação, desde os municípios, de programas de governo voltados às mulheres brasileiras.

Com este objetivo, o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas para as Mulheres (NAPP Mulheres) se reuniu para debater um texto de propostas para os municípios, discutindo formas de integração entre entes federados e cidades, políticas transversais e modelos de cooperação na construção de propostas efetivas que possam ser incorporadas a programas de governo de candidaturas petistas.

Com a condução de Eleonora Menicucci, socióloga, ex-ministra das Mulheres no governo da presidenta Dilma Rousseff, e atual presidenta do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo (FPA), o grupo se reuniu na última quinta-feira, 11, em en-

contro virtual, mais uma etapa do do projeto FPA nas Eleições, cuja proposta é oferecer respaldo técnico e teórico para as mais de 3 mil candidaturas petistas que disputarão o pleito de 2024.

Participaram do debate as convidadas Dulce Xavier, integrante do Fórum de Enfrentamento à Violência do ABC; Karina Calife, médica e professora de Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo e a socióloga Zeca Rosado, professora aposentada da PUC-SP e integrante da ONG Católicas pelo Direito de Decidir. A vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo, Vivian Farias e o diretor do Centro de Altos Estudos (CAE) da instituição, o ex-deputado Virgílio Guimarães, tam-



**Eleonora Menicucci**, presidenta do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo



**Dulce Xavier**, integrante do Fórum de Enfrentamento à Violência do ABC.

bém marcaram presença.

Cada uma das debatedoras trouxe à roda sua contribuição e conclusões sobre o texto de Diretrizes de Políticas Públicas para as Mulheres, documento elaborado pelo NAPP Mulheres para as eleições. “O texto é composto por uma pequena introdução, trabalhada com a diversidade das mulheres das cidades, do campo, das florestas, territórios quilombolas, para garantir o bem viver das mulheres nas comunidades”, descreveu Eleonora ao introduzir a reunião.

## Cuidar de quem cuida

O texto-base das diretrizes discutido pelo NAPP Mulheres elenca algumas políticas públicas fundamentais para construir o bem viver das mulheres, para que possam se apropriar do espaço territorial, além das políticas de enfrentamento a todas as formas de violência.

Ganha destaque também as políticas que dão conta do chamado cuidado. “Embora o cuidado seja uma ação antiquíssima, se naturalizou como algo da mulher, na família”, defendeu

Eleonora. “A reflexão que nós, mulheres feministas em todas as áreas, fizemos, é que o cuidado tem que ser uma política pública, uma responsabilidade do Estado. E há também o velho gargalo que nós temos, que é a questão da legalização do aborto. As mulheres continuam morrendo por aborto, mas a estrutura, a composição absolutamente conservadora do Congresso Nacional, da maioria das instituições, impede o avanço, mesmo que o Executivo queira levantar uma campanha”, pontuou a ex-ministra das Mulheres.

Também foram discutidos temas como geração de emprego e renda e a autonomia econômica das mulheres, além de acesso a uma cultura e educação para a igualdade como instrumento de luta. Eleonora defendeu ainda que todo município tem que ter um organismo de política para as mulheres com recursos próprios, humanos e financeiros, de preferência com status de secretarias do executivo.

Karina Calife, médica e professora na Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, defendeu uma análise do docu-

mento e da construção de políticas que leve em conta a discussão da perspectiva de gênero nos municípios.

“Quando você agrega ações concretas, especialmente nas políticas públicas, ao realizar ações que levem em conta as necessidades das mulheres, ao pensar e construir essas políticas, especialmente nos municípios, a gente vê diferença nas respostas”, analisa.

“A gente precisa ser mais claro em alguns momentos mais incisivos e enfrentar aquilo que está causando tanta desigualdade. Não dá para não enfrentar esse tipo de discussão. Como é que a gente faz para garantir que as mulheres estejam aí cuidadas, para cuidar de quem cuida nesse processo?”

Dulce Xavier destacou em sua fala a violência de gênero e o flagrante aumento dos casos de feminicídios no Brasil. “[Além do aumento do feminicídio] me impressiona muito também a violência sexual. O crescimento da violência sexual durante a pandemia - e continua crescendo, principalmente entre meninas até 13 anos. Então, a gente

tem uma situação bastante difícil de lidar com o enfrentamento à violência", analisou Dulce, que defende: é nas cidades onde melhor se pode aplicar políticas de enfrentamento. "É nos municípios que acontece a violência, onde as mulheres moram, e é onde elas procuram apoio e ajuda", apontou Dulce, que foi Secretária Adjunta de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de São Paulo, na gestão de Fernando Haddad.

"O que mais me tocou quando eu li o documento, foi o fato dele se dirigir aos municípios", também destacou Zeca Rosado, da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, elogiando o texto por destacar e apontar políticas específicas para as mulheres no âmbito municipal. "Eu acho que os partidos têm um olhar menor para os municípios. E eu acho que os municípios são fundamentais, são fundamentais. Aqui na minha cidade, em Caxambu, o Lula ganhou no primeiro e no segundo turno. Mas houve um movimento na cidade para que isso acontecesse. Quer dizer, os municípios são vivos e querem participar".

"É difícil que a gente veja esse olhar para esse microcosmo que são os pequenos municípios. Então, eu acho o documento excelente. É uma ferramenta muito importante, uma ferramenta política para se trabalhar", defendeu.

## NAPP

Os NAPs vêm colaborando com a Fundação Perseu Abramo e o Partido dos Trabalhadores desde o período posterior ao golpe de 2016. Os núcleos prestaram consultoria para os parlamentares petistas, realizaram diagnósticos sobre o desmonte das políticas sociais e econômicas durante o período em que o Brasil foi governado por Michel Temer e por Jair Bolsonaro



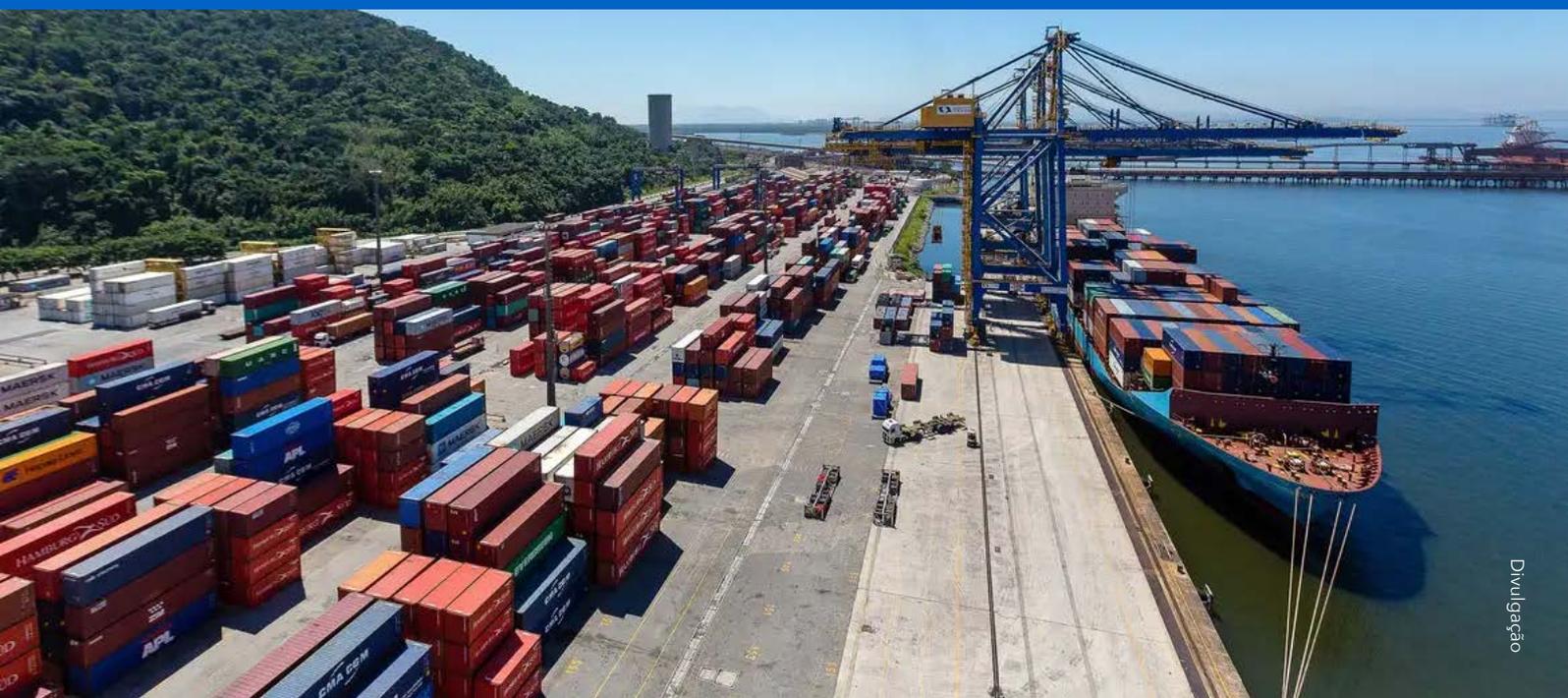
**Karina Kalife** - médica e professora de Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo



**Maria José Rosado (Zeca Rosado)** - Integrante da ONG Católicas pelo Direito de Decidir e professora aposentada da PUC/SP.

e ainda foram fundamentais na elaboração do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil e durante o governo de transição até que Luiz Inácio Lula da Silva assumisse a liderança do país pela terceira vez. Além da elabo-

ração de propostas que servirão para programas de governos de candidaturas petistas, os núcleos irão continuar a debater políticas públicas essenciais para o país em cada uma de suas áreas específicas.



# BRASIL BATE RECORDE DE EXPORTAÇÕES PARA O G20 EM 2023

Vendas a países membros do bloco somaram US\$ 265 bilhões, valor 4,6% maior que o registrado em 2022. Soja foi o principal item da pauta brasileira, seguida pelo petróleo e pelo minério de ferro

## Agência PT

**O** Brasil alcançou resultado recorde nas transações realizadas com os países integrantes do G20 em 2023. Ao todo, as exportações para o bloco chegaram a US\$ 265 bilhões, um aumento de 4,6% em relação ao ano anterior. As importações, por outro lado, diminuíram quase 12%, ao patamar de US\$ 203 bilhões. O superávit de US\$ 62,3 bilhões na balança comercial brasileira impulsionou o crescimento do Pro-

duto Interno Bruto (PIB), o quinto mais alto entre os membros do G20.

A soja foi o principal item da pauta brasileira de exportações aos países do bloco no ano passado. A commodity agrícola respondeu por US\$ 48 bilhões em vendas, seguida pelo petróleo (US\$ 36 bilhões) e pelo minério de ferro (US\$ 25 bilhões). Em termos de produtos de valor agregado, os membros do G20 adquiriram do Brasil US\$ 3,5 bilhões em aviões e outros US\$ 6 bilhões em automóveis para transporte de mercadorias, em

partes e acessórios de veículos, além de equipamentos de engenharia civil.

Os bens da indústria de transformação representaram 48% das exportações para países do bloco em 2023, cerca de US\$ 127 bilhões. As vendas de produtos agropecuários e da indústria extrativista somaram US\$ 68 bilhões e US\$ 67 bilhões, respectivamente. Os combustíveis, os fertilizantes e os insumos eletrônicos, por sua vez, ultrapassaram 92% de todas as importações feitas pelo Brasil.

Segundo dados da Organiza-



Reprodução

O superávit de US\$ 62,3 bilhões na balança comercial brasileira impulsionou o crescimento do Produto Interno Bruto PIB em 2023

ção para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano passado, a economia brasileira foi a quinta que mais cresceu do G20. Além do Brasil, da União Europeia (UE) e da União Africana (UA), o bloco é composto por Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Coreia do Sul, Reino Unido, Arábia Saudita, França, Austrália, Índia, Canadá, Itália, México, Rússia, Turquia, Indonésia, Argentina e África do Sul.

## Brasil-China

A China segue sendo o grande parceiro comercial do Brasil. Em 2023, o saldo positivo com os chineses foi de mais de US\$ 50 bilhões. A UE, os Estados Unidos e a Argentina vêm em seguida, enquanto sócios relevantes do país no G20. A diversificação da pauta de exportações, contudo, permanece um desafio, porque há espaço para ampliar as vendas ao exterior.

Tulio Cariello, diretor de con-

teúdo do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), prevê cenário estável na relação comercial entre os dois países, mas defende que empresários e produtores brasileiros conheçam mais a China e o mercado consumidor chinês.

“Por exemplo, o café é um produto associado ao Brasil no exterior e conta com um mercado emergente na China por causa da urbanização. Eu acho que existe espaço para a gente diversificar nossa pauta onde somos mais competitivos, que é o setor do agronegócio. Então, a gente poderia dar saltos qualitativos com produtos mais elaborados para serem consumidos direto pelos chineses”, sugere.

Estudo realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) identificou mais de 9 mil oportunidades comerciais nos países do G20 para produtos e serviços nacionais. Há possibilidades de vendas para os setores do agronegócio, de alimentos,

de bebidas, da moda, de casa e construção, de tecnologia da informação, de máquinas e equipamentos, entre outros.

Presidência rotativa

Em 2024, o Brasil exerce a presidência rotativa do G20 e receberá a 19ª Reunião de Cúpula, a ser realizada em 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro. Em sua estreia como sede, o país albergou três prioridades principais para o diálogo entre os países: inclusão social e combate à fome; transição energética e desenvolvimento sustentável nas suas vertentes social, econômica e ambiental; e reforma das instituições de governança global.

O G20 foi criado na década de 1990, período de sucessivas crises financeiras no mundo. Os países se uniram para ampliar o diálogo e para favorecer as negociações internacionais. Juntos, eles constituem mais de 85% do PIB mundial. De tudo que o Brasil exportou em 2023, 78% teve como destino algum membro do bloco.

# RECORDE: INDÚSTRIA AUTOMOTIVA ANUNCIA R\$ 125 BI DE INVESTIMENTOS NO BRASIL

**A**ssociação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotivos (Anfavea) anunciou o maior ciclo de investimentos do setor no país, de R\$ 125 bilhões, durante a inauguração da nova sede da entidade, em São Paulo, nesta sexta-feira (12). O evento contou com a presença do presidente Lula, que atribuiu a boa notícia à volta da confiança das montadoras no Brasil.

“Todo ano nós temos que ter uma reunião. Porque eu quero, toda vez que eu me encontrar com vocês, eu quero dizer pra vocês: valeu a pena vocês voltarem a acreditar no Brasil. E valeu a pena o Brasil voltar a acreditar na indústria automobilística. E aí, nós faremos um casamento perfeito, e quem ganha com isso é o povo brasileiro”, disse Lula.

Também estavam presentes o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Justiça, Ricardo Lewandowski.

## Aumento da produção

Durante o evento, a Anfavea destacou também que o balanço do primeiro trimestre de 2024 indica um crescimento consistente nas vendas desde a metade do

ano passado, que tem puxado para cima o ritmo da produção de veículos no Brasil. Segundo os dados, a produção de 195 mil veículos em março foi a melhor em 4 meses e superou em 3,2% o volume de fevereiro.

O presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, ressaltou que o anúncio do maior ciclo de investimentos do setor coincide com o aniversário de 68 anos da entidade, comemorado neste mês de abril.

Ele também expressou reconhecimento ao forte apoio de Lula à indústria automotiva desde o seu primeiro governo e disse que o presidente sempre teve a compreensão da importância do setor para a economia e a geração de emprego.

Lula reafirmou esse apoio e disse ter “muito orgulho de dizer que o Brasil viveu o melhor momento da indústria automobilística quando eu era presidente da República”.

## Democracia

O presidente falou também sobre a importância do fortalecimento da democracia e da estabilidade institucional para o desenvolvimento econômico e social. “Nós não podemos correr o risco de perder a essência de uma coisa que permite à humanidade viver bem, que é a democracia. Não existe nada melhor do que a democracia”, disse Lula.

“Este país pode se transformar numa grande potência econômica. Eu já cansei de um país pobre, um país em desenvolvimento, um país em vez de desenvolvimento, um país de renda média. Não. Nós agora somos do sul global”, enfatizou.

Já Alckmin destacou que “o presidente Lula tem compromisso com a indústria, porque tem compromisso com o emprego e a renda da nossa população, e a indústria faz toda a diferença na melhora da renda, da diminuição de desigualdades e na melhoria da vida do povo”. Ele também citou políticas lançadas pelo governo para fortalecer o setor produtivo, como o Nova Indústria Brasil e o Programa de Mobilidade Verde (Mover).

## Reforma tributária

Fernando Haddad comemorou os investimentos do setor automotivo e outros avanços econômicos registrados a partir do ano passado, afirmando estar confiante de que o cenário vai melhorar ainda mais com a regulamentação da reforma tributária.

“Um dos desafios da reforma tributária é justamente o de melhorar a vida do industrial brasileiro. Nós queremos produzir mais, produzir mais barato, produzir melhor, exportar muito, desonerando investimentos, desonerando exportações”, disse.



# LIVRO LEMBRA DESAFIOS DA CONSTITUINTE

José Genoino conta bastidores e opina sobre o saldo político da promulgação da Constituição brasileira em obra com parceria da professora Andrea Caldas

**Claudia Rocha**

Com o objetivo de identificar lacunas, contradições e avanços produzidos na tensão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o ex-deputado federal do PT José Genoino, que atuou ativamente na construção, trouxe suas memórias do proces-

so e, junto à pesquisa e elaboração da professora da Universidade Federal do Paraná Andrea Caldas, escreveu o livro *Constituinte - avanços, herança e crises institucionais*, com lançamento organizado pela Fundação Perseu Abramo em colaboração com a Fundação Lauro Campos Marielle Franco.

O político lembra que esteve dedicado aos embates em torno

do texto que definiu novos marcos constitucionais para o país com o mesmo empenho e energia do período de resistência na Guerrilha do Araguaia. E destacou o contexto pós-ditadura e a permanência da disputa pelo poder atualmente ao pontuar que “a constituição nasceu diante do impasse da governabilidade”.

Genoino define que “hoje nós temos uma espécie de bagunça



institucionalizada, com o Congresso querendo governar sem o ônus de governar”, além da interferência do poder judiciário, o que faz com que, segundo ele, a concepção de poder do executivo tenha, cada vez mais, a tendência ao enfraquecimento.

O evento de lançamento do livro ocorreu na última quinta-feira (11) no auditório da Fundação Escola de Sociologia e Política, a FESP, em São Paulo, e contou com a presença de militantes políticos e pesquisadores de diferentes áreas.

Ao citar as dificuldades, já identificadas no período pelo campo progressista, o deputado constituinte citou cinco questões não resolvidas no texto de 88 que ele considera importantes para o debate contemporâneo: a reforma do sistema judiciário, o ponto sobre a tutela militar (com o combate ao artigo 142), cláusulas relacionadas à propriedade da terra (que, inclusive, retrocedeu direitos do Estatuto da Terra

dos militares), regulamentação de monopólios dos meios de comunicação e a não inclusão do conceito de imprescritível para o crime de tortura.

Curitibana, apontada como pré-candidata à prefeitura da capital paranaense pelo PSOL, Andrea Caldas comenta que um dos pontos de relevância do livro é que já havia bastante coisa publicada sobre o texto da constituição e pouca coisa sobre o processo político dos bastidores da assembleia. A professora atuante na área de políticas educacionais da UFPR falou da Constituição Federal como marco de intersecção entre a geração dela com a de José Genoíno, já que a militância jovem dos anos 80 tinha como norte a implantação das garantias do texto como uma “terra prometida” no período da redemocratização.

“De alguma forma, até mesmo o setor representado pelo PT que na época tensionou o processo assume que a tarefa fundamental

era construir os marcos de uma sociedade em torno daquela institucionalidade, mas bem no início desse caminho fomos traçados pelos ventos neoliberais”, diz Caldas.

A pesquisadora explica que a correlação de forças dentro do grupo constituinte foi de uma “hegemonia empatada”, conceito abordado pelo professor Luís Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, autor do prefácio.

Maria Carlotto, professora da Universidade Federal do ABC, esteve presente no debate que antecedeu a noite de autógrafos e contextualizou o livro dentro do tema abordado por Florestan Fernandes de democracia restrita e democracia tutelada. Carlotto foi autora do posfácio da obra e falou sobre as potencialidades e limites do marco de 88. Os retrocessos nos últimos anos, nas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro, foram citados por Pedro Serrano, representante da Fundação Lauro Campos Marielle Franco.



# A QUESTÃO DO ABORTO PODERIA DETERMINAR AS ELEIÇÕES PRESIDÊNCIAS NOS EUA?

Em 1973, o Supremo Tribunal dos EUA decidiu que as mulheres tinham um direito constitucional ao aborto. Uma das promessas de Trump em 2016 era a de anular a decisão

**James N. Green**

**A** decisão do Supremo Tribunal dos EUA em 2022, que anulou o direito das mulheres ao aborto, tornou-se uma questão central nas eleições presidenciais dos EUA. O movimento popular para proteger os direitos repro-

ditivos das mulheres pode ser um fator determinante nas eleições de novembro.

Em 1973, o Supremo Tribunal decidiu que as mulheres tinham um direito constitucional ao aborto com base na noção de que havia direitos privados específicos implícitos na constituição. Posteriormente, isso levou a argumentos a favor do casamento

entre pessoas do mesmo sexo como um direito constitucional.

Uma das promessas de campanha de Donald Trump em 2016 foi anular a decisão da Suprema Corte, conhecida como *Roe v. Wade*, nomeando membros conservadores ao tribunal. O senado, controlado pelos republicanos, manipulou regras processuais arcanas para blo-

quear a nomeação de Obama e depois apressou-se a nomear um conservador escolhido quando a icônica juíza Ruth Bader Ginsberg morreu na véspera da eleição de 2020.

Numa votação por 6-3 no Supremo Tribunal, Trump alcançou o seu objetivo e as mulheres perderam o direito de cinquenta anos ao acesso a um aborto seguro.

O Tribunal decidiu que não havia direito nacional ao aborto e deixou a decisão para diferentes estados promulgarem leis.

Atualmente 21 entre 50 estados possuem leis extremamente restritivas, permitindo o aborto em raros casos de estupro, incesto ou perigo à saúde da mulher.

Mas, esta semana, a Suprema Corte do Arizona decidiu que uma lei de 1864, escrita enquanto o Arizona ainda era um território com menos de 6.000 habitantes brancos, estava em vigor, proibindo todas as formas de aborto (incluindo casos de estupro ou incesto), com a única exceção sendo o perigo para a vida da mãe. Médicos que fazem o procedimento podem passar cinco anos na prisão.

Em todos os Estados Unidos, esta decisão causou uma onda de indignação contra Trump e o Partido Republicano. Trump tentou imediatamente recuar da sua posição de que os estados devem decidir. Uma candidata republicana ao senado federal, que foi derrotada há dois anos como candidata a governador, também recuou imediatamente e alegou que a lei, que anteriormente apoiava, era severa demais.

No entanto, esta semana os democratas, que são uma minoria na assembleia legislativa de Arizona, tentou de anular a lei, mas a maioria republicana bloqueou a medida, basicamente enviando a mensagem de que

Reprodução



o partido de Trump é veementemente contra qualquer direito ao aborto.

Por que isso poderia afetar os resultados eleitorais em todo o país? Um dos principais desafios de Biden é manter a sua base de apoio entre os democratas, os eleitores independentes e os republicanos moderados. Desde que votar não é obrigatório nos Estados Unidos, mobilizar as pessoas para irem às urnas no dia das eleições é crucial para garantir a derrota de Trump.

Desde 2022, todos os lugares onde houve uma votação popular para incluir o direito ao aborto numa constituição estatal, ela teve sucesso, pois as mulheres e os seus aliados têm ido às urnas em maior número para proteger o direito das mulheres à escolha, se quiserem, um aborto.

Isto será especialmente importante nos "estados indecisos", ou seja, aqueles sete estados que estão igualmente divididos entre republicanos e democratas

e cujos votos são essenciais para uma vitória no Colégio Eleitoral, o sistema antiquado inventado no século XVIII para escolher presidentes, por meio indireto.

Em Arizona e Nevada, estados cujo maioria que votou em Biden nas últimas eleições, e na Flórida, que apoiou Obama em 2012, serão propostas leis para alterar as constituições estaduais para dar às mulheres o direito ao aborto, que serão votadas pelo eleitorado nas eleições presidenciais de 2024. Espera-se que milhões de pessoas vão às urnas especificamente para garantir que estas leis sejam aprovadas, e presume-se que a maioria votará contra Trump, que continuou a proclamar que é responsável por retirar o direito ao aborto.

Ainda é muito cedo para saber o efeito eleitoral desta situação, mas as mulheres e os seus aliados, que apoiam o direito ao aborto, poderão ser o fator decisivo no resultados das eleições de 2024.

# BRASIL CONDENA QUALQUER ATO DE VIOLÊNCIA, DIZ CHANCELER SOBRE IRÃ

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, afirmou que o governo brasileiro condena qualquer ato de violência, se referindo ao ataque do Irã contra Israel em resposta ao bombardeio da embaixada iraniana, em Damasco, na Síria

## Agência Brasil

“O Brasil condena sempre qualquer ato de violência e o Brasil conclama sempre ao entendimento entre as partes” disse Vieira em resposta a um jornalista que questionava sobre o ataque do Irã. Vieira foi cobrado por profissionais de imprensa em relação à nota do Itamaraty, publicada no último sábado (13).

A nota afirmou que o governo brasileiro acompanhava os relatos de envio de drones e mísseis do Irã para Israel “com grave preocupação”, apelando para que todas as partes envolvidas “exercam máxima contenção e conclama a comunidade internacional a mobilizar esforços no sentido de evitar uma escalada”.

A nota foi criticada por organizações israelenses no Brasil, como o Instituto Brasil-Israel, que afirmou que, enquanto a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos (OEA) se manifestaram de maneira firme, o Brasil “preferiu abdicar de uma posição firme, não condenou os ataques, não se solidarizou com as famílias israelenses e optou por dar margem para dúvidas sobre o que se passou na madrugada de ontem”.

Mauro Vieira informou que, no momento em que a nota foi produzida, ainda não estava evidente qual era a extensão do ataque iraniano contra Israel.

“A nota foi feita à noite, às 11

José Cruz/Agência Brasil



horas da noite, quando todo o movimento começou. E nós manifestamos o temor de que o início da operação pudesse contaminar outros países. Mas isso foi feito à noite no momento que não tínhamos claro a extensão, ou o alcance, das medidas tomadas e fizemos, como fazemos sempre, um apelo para contenção e entendimento entre as partes”, destacou.

## Entenda

O governo do Irã informou que atacou Israel no último sábado (13) baseado no direito de autodefesa previsto no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, em resposta a ataques contra a embaixada do país na Síria, no início do mês, matando sete comandantes militares de Teerã.

O ataque do Irã contra Isra-

el foi duramente criticado pelas potências ocidentais, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha, que ficaram ao lado do governo de Tel Aviv. O presidente estadunidense, Joe Biden, disse que “o apoio à segurança de Israel é de ferro”.

A professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) Rashmi Singh ressaltou que é importante contextualizar o ataque.

“Precisamos lembrar que o Irã não está fazendo isso do nada, é uma retaliação do bombardeamento do consulado em Damasco, que foi uma coisa muito inaceitável em termos de normas internacionais. Ninguém pode tocar em consulados de outro país em um terceiro país. Então isso foi uma coisa bem errada do lado do Israel”, diz.



14 de abril de 1976

## ZUZU: UM ANJO TOMBA NA SAÍDA DO TÚNEL

A estilista Zuzu Angel, que deu repercussão internacional ao “desaparecimento” de seu filho Stuart Edgar Angel Jones, morre num acidente automobilístico na saída do túnel Dois Irmãos, na autoestrada Lagoa-Barra, no Rio. De acordo com a versão oficial, ela teria dormido ao volante de seu Karmann Ghia. A estilista havia deixado uma declaração, escrita um ano antes, na qual alertava: “Se eu aparecer morta, por acidente ou outro meio, terá sido obra dos assassinos do meu amado filho”.

A Embaixada dos Estados Unidos no Brasil considerou o acidente suspeito, conforme documento revelado pelo Wikileaks, em 2013. Investigações posteriores à redemocratização deixaram claro que se tratou de um atentado. O carro que ela dirigia foi abalroado por dois outros veículos.

Zuleika “Zuzu” Angel era uma estilista famosa desde os anos 1960 por suas criações com motivos brasileiros, que também faziam sucesso nos Estados Unidos. Foi casada com o norte-

americano Norman Angel Jones. Tiveram dois filhos: Hildegard, que viria a se tornar uma influente jornalista no Rio, e Stuart Edgar, estudante de economia que militou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Preso em 14 de abril de 1971, Stuart Angel Jones foi torturado até a morte por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) na Base Aérea do Galeão. Os agentes queriam que ele informasse o paradeiro do ex-capitão Carlos Lamarca, que na época estava em contato com o MR-8. Stuart, que tinha um encontro marcado com Lamarca, nada revelou. De acordo com relato do militante Alex Polari de Alverga, que também estava preso no Galeão, o estudante foi amarrado a um jipe militar e arrastado pela pista de pouso. Quando o jipe parava, os agentes levavam a boca do rapaz ao cano de descarga e o forçavam a respirar os gases do escape. Numa carta que chegou às mãos de Zuzu Angel no Dia das Mães, Polari contava que o filho agonizou abandonado na

pista, pedindo água. Apesar do relato, a ditadura não admitiu publicamente a morte do militante e manteve a fotografia de Stuart Angel Jones nos cartazes de “terroristas procurados”.

As primeiras versões para o desaparecimento do corpo indicavam que teria sido lançado ao mar do alto de um helicóptero. Em 2014, um ex-agente da repressão disse à Comissão Nacional da Verdade que ele estaria enterrado numa das cabeceiras da pista de pouso do Galeão. Dois anos depois do desaparecimento de Stuart, a mulher dele, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, também foi presa, torturada até a morte e dada como “desaparecida”.

Inconformada com o silêncio da ditadura sobre a morte do filho e da nora, Zuzu Angel iniciou uma corajosa campanha de denúncia dentro e fora do país. Como Stuart herdara do pai a cidadania norte-americana, Zuzu entregou um dossiê ao secretário de Estado Henry Kissinger, que visitou o Brasil em 1976. Também escreveu ao senador democrata Edward Kennedy, que denunciou o caso no Congresso dos Estados Unidos. Em Nova York, a estilista promoveu um desfile de roupas estampadas com anjos feridos e pássaros engaiolados. Atrizes de Hollywood como Liza Minnelli, Joan Crawford e Kim Novak ajudaram a divulgar as denúncias.

Um ano após sua morte, Chico Buarque de Hollanda homenageou Zuzu Angel na letra de “Angélica”, com música de Milton do MPB4: “Quem é essa mulher/Que canta sempre esse estribilho?/Só queria embalar meu filho/Que mora na escuridão do mar”.



16 de abril de 1968

## GREVE DE CONTAGEM FURA O ARROCHO SALARIAL

Cerca de 1.200 trabalhadores da siderúrgica Belgo-Mineira, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, cruzam os braços reivindicando reajuste salarial de 25%. A primeira greve depois do golpe militar surpreendeu a ditadura, que desde 1964 impunha uma política de arrocho responsável por corroer mais de 20% do valor médio dos salários.

A greve foi articulada pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos eleita no ano anterior e impedida de tomar posse, acusada de ter “elementos de esquerda” infiltrados. Com o sindicato sob intervenção do Ministério do Trabalho, nem os patrões nem o governo esperavam a eclosão de uma greve, que desafiava a legislação restritiva da ditadura.

As empresas ofereceram um reajuste de 10%, recusado em assembleia. No terceiro dia, a greve da Belgo ganhou a adesão dos trabalhadores da Mannesmann, da RCA, da SBE e de outras indústrias da região, ampliando-se depois para a fábrica

da Belgo em João Monlevade e para a Acesita, no Vale do Aço.

O coronel Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, foi pessoalmente a uma assembleia intimidar os grevistas. Repetiu as ameaças em rede de televisão. Em 24 de abril, 1.500 policiais militares tomaram a região industrial de Contagem. PMs foram buscar em casa os operários, ameaçados de demissão sumária.

O movimento terminou no décimo-primeiro dia, 26 de abril, com uma aparente derrota dos grevistas. Mas em 1º de maio o general presidente Costa e Silva foi obrigado a anunciar um aumento de 10% nos salários de todos os trabalhadores brasileiros, furando pela primeira vez a política de arrocho.

A greve foi, portanto, vitoriosa, mas, depois do seu fim iniciou-se uma implacável perseguição aos membros das comissões de fábrica, com demissões, listas negras e prisões. Isso desarticulou por longo tempo o movimento operário na região.

16 de abril de 1982

## TRIBUNAL ANULA A CONDENAÇÃO DE LULA

O Supremo Tribunal Militar (STM) anula todo o processo contra Luiz Inácio da Silva e outros dez dirigentes sindicais. Os acusados haviam sido processados pela Lei de Segurança Nacional (LSN) por “incitação à desobediência coletiva das leis” na greve dos metalúrgicos do ABC em 1980. Por 9 votos a 3, o STM decidiu remeter o caso à Justiça Federal para ser julgado sob a Lei de Greve. A ação, entretanto, já estaria prescrita em menos de um mês.

Lula e os dirigentes haviam sido condenados à revelia em 25 de fevereiro de 1981 pela 2ª. Auditoria Militar (São Paulo) a penas entre dois anos e três anos e seis meses de prisão. Réus e advogados não compareceram ao tribunal em protesto contra a arbitrariedade do processo. Em vista da ausência da defesa, esse julgamento acabou sendo anulado pelo STM em 2 de setembro de 1981. Em novo julgamento, entretanto, em novembro, as condenações seriam confirmadas. Os advogados dos sindicalistas decidiram, então, recorrer ao Supremo Tribunal Militar.

Desde o início do processo, a defesa afirmava que a denúncia da Procuradoria Geral da Justiça Militar contra os sindicalistas era inepta por não ser específica nem individualizada. Os advogados questionavam também o uso da LSN em uma ação decorrente de greve no setor privado, sem componente político e sem ameaça à segurança nacional.

Na prática, o resultado do julgamento no STM eliminava o risco de inelegibilidade de Lula. Sua candidatura ao governo do Estado de São Paulo pode ser lançada no dia 21 do mesmo mês.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@memorialdademocracia.com.br](mailto:memoria@memorialdademocracia.com.br) [fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)*



**CICLO DE DEBATES**  
**DITADURA**  
**NUNCA MAIS!**

**BELÉM - PA**  
**24.04 | 19H**

## 3º DEBATE

# Autoritarismo e repressão durante a ditadura militar brasileira

### PARTICIPANTES



**Edilza Fontes**



**Gilney Viana**



**Paulo Okamoto**



**Dep. Carlos Bordalo**



**MEDIAÇÃO**  
**Naiara Torres**



### LOCAL DO EVENTO

ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
ESTADO DO PARÁ

**LOCAL: ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARÁ**

**EVENTO HÍBRIDO**

**TRANSMISSÃO :  /FundacaoPerseuAbramo**

